

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Bernardo Senna Maia Campos

**O Mal-Estar da Autogestão na
Democracia Liberal**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (Opção profissional) pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. James Casas Klausen

Rio de Janeiro
Setembro de 2021

Bernardo Senna Maia Campos

**O Mal-Estar da Autogestão na
Democracia Liberal**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. James Casas Klausen

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof^a. Marta Regina Fernandez Y Garcia

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Felipe Corrêa Pedro

Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Bernardo Senna Maia Campos

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Rio), pós-graduado em Gestão Empresarial e Marketing (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio)

Ficha Catalográfica

Campos, Bernardo Senna Maia

O mal-estar da autogestão na democracia liberal / Bernardo Senna Maia Campos ; orientador: James Casas Klausen. – 2021.

71 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Democracia. 3. Autogestão. 4. Habitação. 5. Rojava. 6. UPP. I. Klausen, James Casas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

À minha mãe Maria Inêz e meu pai Darcy Tadeu, por serem meu maior exemplo de integridade, amor e dedicação, sempre me apoiando em meus estudos e acreditando em mim, mesmo em nossos momentos mais difíceis.

Ao grande amor de minha vida, Isadora Monte, por estar sempre ao meu lado me apoiando, me instigando e me ajudando diante de minhas dificuldades, obrigado por seu companheirismo e por seu amor, não existe inspiração maior em minha vida do que você.

Aos Professores MSc Sergio G. M. Machado, M.e Luiz A. N. Cavalheiros e MSc Rodrigo Tavares dos Santos, por serem professores que marcaram minha trajetória acadêmica pré-stricto sensu e terem confiado em mim, me enviando as cartas de recomendação que me eram necessárias.

Ao meu orientador, Professor D.r James Casas Klausen, com vasto conhecimento sobre o tema, sua orientação e sabedoria me foram imensamente valiosas, obrigado por acreditar em minhas propostas e me apoiar nelas, sempre com muita paciência e compreensão, me ajudando a superar minhas dificuldades.

Aos Professores presentes em minha banca D.ra Marta R. F. Garcia e D.r Felipe Corrêa Pedro, os quais possuo imensa admiração e sou grato pelo conhecimento e pelas sugestões de alterações para o caso de publicação desta dissertação.

Às Professoras D.ra Maria E. R. Ortiz, D.ra Manuela Trindade Viana e ao Professor D.r Paulo L.M.L Esteves por todo o apoio, conhecimento e terem sido marcantes na minha formação acadêmica, terei saudades de vocês e suas aulas, me trouxeram muito crescimento e felicidade nesses tempos pandêmicos.

Á Rosilene R. Coelho, pela ajuda, pela solidariedade, que me prestou com as questões burocráticas da PUC-Rio e com as dificuldades que enfrentei para realizar essa dissertação em meio a pandemia.

Á esses seres de amor e luz que são minhas amigas Jahde Vaccani, Giselle Torrens e meu amigo Rafael Sirimarco, por estarem sempre me apoiando e incentivando durante minha trajetória.

Á Priscila O. Ferreira, minha psicóloga, responsável por me ajudar na minha saúde mental durante a feitura desta dissertação em meio a pandemia.

Á Lana de Souza por ter me concedido a entrevista necessária para que eu elaborasse minha dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Campos, Bernardo Senna Maia; Klausen, James Casas. **O mal-estar da autogestão na democracia liberal**. Rio de Janeiro, 2021. 71p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação argumenta a elaboração de conceitos de manifestação de práticas autogestionárias, suas limitações quando em uma democracia liberal e suas potencialidades fora dela. Ela o faz por identificar um mal-estar presente na autogestão que é caracterizado pelas limitações que a democracia liberal impõe através de sua dominação de poder político e burocrático, resultando na opressão e no favorecimento de uns em detrimento de outros. Para explicar essa relação antagônica entre a democracia liberal e a autogestão, são elaborados três conceitos: Estado Omisso, Estado como Terror e Estado Inexistente. São utilizados estudos de caso para explicar como cada conceito se encaixa em uma manifestação de prática autogestionada e como esses conceitos conflitam, cada um à sua maneira, com a democracia liberal. Assim, compreende que a autogestão gera inclusão de minorias oprimidas, autonomia e aumento geral de participação política ao diluir a concentração do poder político proporcionado pela democracia liberal, promovendo relações políticas horizontais e estimulando a democracia direta.

Palavras-chave

Democracia; autogestão; habitação, Rojava; UPP.

Abstract

Campos, Bernardo Senna Maia; Klausen, James Casas. (Advisor). **The malaise of self-management in liberal democracy.** Rio de Janeiro, 2021. 71p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation argues the elaboration of concepts of manifestation of self-management practices, its limitations when in a liberal democracy and its potentials outside of it. It does so by identifying a malaise present in self-management that is characterized by the limitations that liberal democracy imposes through its domination of political and bureaucratic power, resulting in the oppression and favoring of some over others. To explain this antagonistic relationship between liberal democracy and self-management, three concepts are elaborated: the Missing State, State as Terror and Nonexistent State. Case studies are used to explain how each concept fits into a manifestation of self-managed practice and how these concepts conflict, each in its own way, with liberal democracy. Thus, it understands that self-management generates inclusion of oppressed minorities, autonomy and a general increase in political participation by diluting the concentration of political power provided by liberal democracy, promoting horizontal political relations and stimulating direct democracy.

Keywords

Democracy; self-management; housing; Rojava; UPP.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Revisão de Literatura	12
3. Caracterização do Problema de Pesquisa	14
4. Metodologia	18
5. Estado Inexistente	19
6. Estado Omisso	24
7. Estado como Terror.....	28
7.1. UPP's	28
7.2. Pandemia COVID-19.....	30
7.3. Complexo do Alemão no COVID-19	31
7.4. Gabinete de Crise do Alemão	32
8. O Mal-Estar da Autogestão	38
9. Conclusões	42
10. Referências bibliográficas.....	43
11. Apêndice	45

Lista de abreviaturas

AI: Anistia Internacional

COVID-19: doença causada por coronavírus – 19

DAS: Autoadministração Democrática

EGP-Rio: Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro

FNHIS: Fundação Nacional de Habitação de Interesse Social

FSA: Free Syrian Army

FUCVAM: Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua

GCA: Gabinete de Crise do Alemão

HIC: Coalização Internacional do Habitat

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCMV- Entidades: Minha Casa Minha Vida – Entidades

MCMV: Minha Casa Minha Vida

OMS: Organização Mundial da Saúde

PAC: Programa de Aceleração de Crescimento

PYD: Partido de União Democrática

SELVIHP: Secretaria Latino Americana de Moradia e Habitação Popular

SKC: Supremo Conselho Curdo

SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse

Tev-Dem: Tevgera Civaka Demokratik

UNMP: União Nacional por Moradia Popular

UPP: Unidade de Polícia Pacificadora

Não é suficiente que as formas de governo tenham o consentimento passivo ou “implícito” dos governados, a sociedade estará segura apenas se for democrática e autogovernada em sentido completo, o que implica que todos os cidadãos devam, não apenas, ter o “direito” de influenciar suas políticas, se eles assim desejarem, mas que seja dada a maior oportunidade possível para que todos os cidadãos realmente exerçam os seus direitos.

George Douglas Howard Cole

1. Introdução

Esta dissertação surge do interesse em buscar elaborar conceitos de manifestação de práticas autogestionárias, suas limitações quando em uma democracia liberal e suas potencialidades fora dela. Estes conceitos foram divididos em três: Estado Omisso, Estado como Terror e Estado Inexistente. Para explicar estes conceitos, são utilizados estudos de caso referentes a cada conceito.

Inicialmente, é feita uma discussão com o cruzamento de conceitos referentes a literatura sobre democracia liberal e autogestão. São utilizados Joseph Schumpeter e Robert Dahl para falar sobre democracia liberal, já para falar sobre autogestão, são utilizados Abraham Guillén, Michael Albert e Murray Bookchin.

Após a revisão de literatura, é caracterizado o problema de pesquisa, dando abertura a discussão sobre a relação antagônica entre a democracia liberal e as práticas autogestionárias. Seguimos com a metodologia de pesquisa aplicada, onde são explicadas as decisões metodológicas tomadas.

Entramos então nos estudos de caso, com a finalidade de materializar o que constitui cada um dos conceitos a serem elaborados. Para exemplificar o Estado Omisso, usa-se o estudo de caso da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Para exemplificar o Estado como Terror, usa-se o estudo de caso do Gabinete de Crise do Complexo do Alemão e, para exemplificar o Estado Inexistente, usa-se o estudo de caso sobre Rojava.

Encerrando a apresentação dos estudos de caso referentes a cada conceito abordado, é feito um cruzamento de todos os três conceitos, junto com o referencial teórico sobre democracia liberal e autogestão discutidos anteriormente. Assim, cristaliza-se com exemplos práticos entrelaçados com aportes teóricos a razão de cada conceito com seu respectivo estudo de caso. Iluminando o caminho para a compreensão do mal-estar que permeia a autogestão na democracia liberal.

A dissertação então conclui com uma síntese dos argumentos tratados anteriormente definindo o que se trata o mal-estar da autogestão na democracia liberal.

2. Revisão de Literatura

Schumpeter argumenta que uma democracia direta é um modelo democrático que se tem um governo pelo povo, ao invés de um governo aprovado pelo povo, que é o que se espera em uma democracia liberal (SCHUMPETER, 2017). De acordo com Schumpeter, esse tipo de modelo democrático só é encontrado em comunidades pequenas e primitivas, mas que possui um grau de dissonância política maior (SCHUMPETER, 2017).

Já Albert e Guillén, apresentam a sociedade autogestionada como um modelo democrático que pode ser classificado como um tipo de modelo democrático direto (ALBERT et al, 2004). Os argumentos de Guillén contrapõem a premissa de Schumpeter da democracia direta se tratar de um modelo destinado a comunidades pequenas e primitivas, pois ele apresenta a ideia da federalização. Através da federalização de comunidades autônomas, segundo Guillén, pode-se alcançar um sistema democrático autogestionário integrado, aonde ao invés de um governo, ter-se-ia um autogoverno (ALBERT et al, 2004).

A ideia de uma economia participativa em uma sociedade autogestionária, conforme argumenta Albert, fariam contraponto com os axiomas de Dahl sobre a tolerância do governo para com seus oponentes na democracia liberal. Pois enquanto Dahl argumenta que governos mensuram seu grau de tolerância a um oponente com base nos custos que isso resultaria, sendo estes custos tanto referentes a poderes políticos quanto econômicos, Albert argumenta o contrário (DAHL, 2015). Albert diz que em uma sociedade autogestionária com uma economia participativa, deve-se alocar recursos até mesmo para grupos dissidentes, pois interpreta-se que a dissidência não deve ser enxergada como um grupo de oponentes, mas sim como peças fundamentais do progresso e da expressão da diversidade no âmbito democrático (ALBERT et al, 2004).

Dahl argumenta que na Iugoslávia, em 1971, existiram unidades subnacionais que foram conferidas um poder maior de autogestão, aumentando assim o poder de inclusão e participação desta unidade, embora a Iugoslávia na época fosse um governo de partido único (DAHL, 2015). Embora Dahl tenha utilizado o conceito de autogestão ao se referir a esse poder concedido, de acordo com Albert

a autogestão só é alcançada quando no nível produtivo econômico e social, já Guillén, além de defender proposição similar à de Albert, destaca o caráter emancipatório da autogestão (ALBERT et al, 2004). Assim sendo, sob a ótica destes autores da autogestão, o que essas unidades subnacionais citadas por Dahl experimentaram foi uma concessão, uma manifestação bastante limitada da autogestão.

Coloco estes pontos nesta dinâmica específica com a intenção de exemplificar a relação antagônica compartilhada pela autogestão e a democracia liberal. Pode-se dizer que essa amálgama dos pensamentos das obras citadas de Dahl e Schumpeter caracterizam o que se entende como uma democracia liberal, que é desprovido de quaisquer intenções emancipatórias para com a sociedade em decorrência de ser um sistema baseado na representação política e no desenvolvimento do capitalismo, dando mais voz e poder a representantes de um povo do que ao povo em si. E pode-se argumentar que a autogestão carrega um objetivo emancipatório pois permite que os membros de uma sociedade possam se engajar direta e concretamente em decisões que os influenciam, sem precisar depender de pessoas para representá-los. No entanto, isso não significa que apenas com a emancipação de um povo que se poderia observar a ocorrência de práticas autogestionárias, já que a ideia de se engajar de forma direta e concreta em uma decisão que o influencia pode ser realizada em uma escala micro conforme relatado por Dahl (DAHL, 2015).

Bookchin, no entanto, rompe com todos os demais autores e se dissocia radicalmente de qualquer tipo de economia de mercado. Se pronuncia contra a divisão internacional de trabalho e a favor da autodeterminação e da autossuficiência dos povos para que consigam escapar de qualquer lógica de exploração e, assim, poderem alcançar a projeção máxima de liberdade que lhes é possível (BOOKCHIN, 1989). Para isso, Bookchin defende que comunidades sejam conectadas por uma rede organizativa e horizontal cujos recursos são distribuídos e as decisões políticas são tomadas (BOOKCHIN, 1989).

3. Caracterização do Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa se traduz na relação antagônica entre a democracia liberal e as práticas autogestionárias, que poderiam ser classificadas como ferramentas fundamentais no funcionamento de um sistema democrático direto autônomo, como de acordo com o pensamento dos autores expostos anteriormente. Sabemos que a palavra “democracia” é uma palavra genérica pois existem diversas democracias, com isso, o problema central de pesquisa não resulta em uma discussão filosófica sobre o que é democracia, mas sim entender como as práticas autogestionárias podem florescer – em um sentido geral - e como elas se manifestam, se comportam, dentro do modelo de democracia liberal.

O ponto que ressalto é que embora as práticas autogestionárias possam se manifestar em democracias liberais, elas o fazem de forma limitada, fazendo com que a autogestão seja tão complexa quanto a democracia liberal permite que seja. Isso acontece devido as regras de funcionamento de sociedade que o Estado dita através da dominação burocrática que impõe.

O Estado não apenas garante, mas proporciona, ele próprio, as condições para o monopólio do poder político pela burocracia, que usufrui do privilégio de tomar as decisões concernentes às regras de funcionamento da sociedade, à solução de conflitos, à execução de deliberações, à coação e à punição. (CORRÊA, 2019, p.46)

As práticas autogestionárias, então, surgem como uma antítese a dominação burocrática que o Estado exerce para com a sociedade civil. Esta dominação burocrática surge em um formato institucional onde é pesado e difícil de gerir para uns, porém, é leve para outros (CORRÊA, 2019). Pois a institucionalidade gera mecanismos hegemônicos que não reconhecem demais formas de se gerir, ocasionando assim na exclusão da diversidade social presente no Estado através da homogeneização de políticas públicas, excluindo outras formas de se gerir e se desenvolver (DILGER et al, 2019, p.366). Com isso, classifico três situações em que a autogestão vem a se manifestar, sendo as duas primeiras presentes na democracia liberal: Estado omissivo, Estado como terror e Estado inexistente.

O Estado omissivo se caracteriza quando o Estado abandona determinada região ou grupos sociais de forma não oficial – seja por falta de interesse político

ou por falta de recursos para tal - enviando a ela recursos insuficientes para que possa funcionar de maneira digna para com os seus habitantes, o que pode resultar em: postos de saúde e hospitais com carência de materiais, funcionários públicos com salários atrasados, falta de investimento em instituições de ensino público, pistas esburacadas, esgotos e água sem manutenção e tratamento, falta de moradia, entre outros. O fato do Estado ser omissivo em alguma região ou grupos sociais não significa que estes escapem da lógica de dominação burocrática do Estado. A omissão não se dá por mero acaso, devido a escolha que o Estado faz de privilegiar uns e abandonar outros, o que se tem é o enriquecimento de uns em detrimento do empobrecimento de outros.

No Estado inexistente temos a completa inexistência do envolvimento de um Estado nos processos políticos e de desenvolvimento de determinada região, o que caracterizaria esta região como uma zona autônoma, seja permanente ou temporária. Neste cenário podem surgir grupos sociais ou etnias que, através da autogestão, se organizam e projetam o desenvolvimento de sua realidade dentro das perspectivas de desenvolvimento que os mesmos criaram, ou seja, não se trata de uma razão de desenvolvimento importada de outro país ou conjunto de países, mas sim, de uma razão de desenvolvimento originária da específica razão de existência que é construída por determinado povo em sua plena e autodeterminação.

O Estado como terror é quando o Estado possui uma política repressiva tão forte em determinada região que promove o terror e impede o desenvolvimento dela, um exemplo popularmente conhecido é o da atuação do Estado brasileiro nas favelas do Rio de Janeiro que foram “pacificadas” com o projeto das UPP’s. Este caso não se trata de omissão do Estado pois, as favelas, em realidade, não são áreas abandonadas pelo Estado, mas sim, áreas com forte atuação do Estado através dos aparatos de repressão. Isso faz com que o desenvolvimento nesta região não tenha como partir diretamente do Estado pois ele está voltado para ações repressivas, fazendo com que assim o desenvolvimento tenha de partir da sociedade civil em um processo autogestionário. Deve-se dizer que o exemplo dado anteriormente de uma situação onde o Estado atua como impedimento para o desenvolvimento tem uma motivação de classe e de raça, afinal, esta motivação é uma lógica de dominação que visa a manutenção da institucionalidade através da impo-

sição de suas regras de funcionamento que culminam em privilegiar a classe dominante. A autogestão, e o desenvolvimento nesta manifestação de Estado, com base no exemplo acima, constitui entre os moradores uma lógica aguda de ajuda mútua.

Projetos que visam o desenvolvimento local através de urbanização, paisagismo, hortas comunitárias e diversas atividades de lazer – entre muitos outros mais -, são organizados através de coletivos autônomos sem ligação subordinada a entidades burocraticamente estabelecidas, pode-se realizar projetos em parceria com universidades e instituições, mas estes coletivos jamais criam relações de dependência com estes parceiros (SOUZA, 2019). Estes coletivos, com a implementação destas práticas de se auto gerirem, fazem a resistência nas periferias contra a política repressiva e a dominação burocrática deste tipo de manifestação do Estado, elaborando desta forma, estratégias de resistência contra esse poder.

Os problemas de maior complexidade que estas práticas autogestionárias resolvem são referentes a complexidade que em uma democracia liberal se é capaz de resolver de forma autônoma, ou seja, a autogestão é tão complexa quanto a democracia liberal permite que ela seja. Resolução plena de problemas altamente complexos através da autogestão social só é capaz de ser alcançada em regiões onde o Estado é inexistente pois, nestas regiões, pelo Estado ser inexistente, o mesmo não cumpre o papel de agente limitador das decisões populares diretas, dos movimentos e articulações de base, através da homogeneização de políticas públicas e aparatos de repressão.

Sendo assim em uma democracia liberal e em um Estado que não seja inexistente, a implementação de práticas autogestionárias e o desenvolvimento oriundo da mesma são repletos de limitações pois a liberdade que o Estado confere é para a classe daqueles que representam e fomentam sua dominação burocrática. As práticas autogestionárias em uma democracia liberal não surgem como um apelo revolucionariamente articulado a uma mudança no sistema democrático de liberal para direto. As práticas autogestionárias somente são capazes de alcançar seu potencial máximo e, com isso, servirem como ferramenta de funcionamento de uma democracia direta, em uma região sem a existência de um Estado. A autogestão na democracia liberal ocorre como uma reação, um impulso de sobrevivên-

cia em relação a omissão ou opressão do Estado quando não praticada por grupos intencionalmente ligados a projetos de democracia direta. Desta forma o Estado, através da democracia liberal, por meio de sua dominação burocrática, limita e/ou impede o desenvolvimento de regiões como regra de seu funcionamento, mesmo que essa tentativa de se desenvolver surja de forma autônoma.

4. Metodologia

Para a elaboração da pesquisa foram utilizadas entrevistas, livros, documentos, artigos acadêmicos e jornalísticos. Nas seções “Estado Omisso”, “Estado como Terror” e “Estado Inexistente” foram usadas bibliografias seguidas de estudos de caso para representar a manifestação da prática autogestionária em cada premissa. Na pesquisa, optou-se por dar maior ênfase na seção “Estado como Terror” por compreender maior urgência para se falar sobre em decorrência da pandemia COVID-19. A entrevista realizada para a seção “Estado como Terror”, foi conduzida como uma conversa informal a pedido da entrevistada. Na seção “Estado Omisso”, foi utilizada o estudo de caso da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), por eles possuírem uma cartilha própria detalhando sua atuação - teoria e práxis - optou-se por utilizar ela como referência para se falar sobre a mesma, respeitando assim também a exposição narrativa que a UNMP dá sobre sua prática autogestionária.

5. Estado Inexistente

Quando a guerra civil na Síria deu-se início, o povo curdo que lá vivia (2 a 3 milhões) - sob intensa exploração e precariedade que fora promovida pelo governo de Bashar al-Assad, em especial no norte da Síria - , por ser um povo marginalizado, oprimido na região em decorrência da política de nacionalização pan-arabista de Assad que culminava no apagamento da identidade curda no país, escolher uma terceira via não se tornou uma questão de mera afinidade ideológica, mas sim de sobrevivência (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Esta terceira via, que antagonizava as duas principais possibilidades - apoiar Assad ou o Free Syrian Army (FSA) - se caracterizou por uma postura radical de declarar autonomia no norte da Síria (aonde majoritariamente os curdos sírios viviam) e defendê-la. Essa autonomia é organizada pelo sistema político Confederalista Democrático que se estrutura com uma economia comunitária alimentada por cooperativas e com tomadas de decisão política orientadas por conselhos populares (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

Organizados em três cantões independentes no norte da Síria - Efrin, Kobane e Cizire - e coordenados pelo Tev-Dem, o Confederalismo Democrático do norte da Síria, popularmente conhecida como Rojava, se destaca por ter estabelecido uma organização federativa que conseguiu substituir o Estado, se sustentando em três pilares: o anticapitalismo, o feminismo e a ecologia (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Rojava possui uma proposta de organização autogestionária com democracia direta e uma perspectiva pós colonial, afinal, as vozes de Rojava são as vozes de um povo marginalizado e colonizado, em especial, pelo governo da Síria e da Turquia. O que Rojava faz é um processo de descolonização intelectual e político-econômica através de práticas autogestionárias que envolvem a cooperação entre a pluralidade presente nos cantões.

Tev-Dem criou os conselhos populares. Estes são formados por democracia direta, todos podem participar em igualdade, a prioridade é se alcançar o consenso respeitando grupos sociais e opiniões. Não se trata de um

espaço de disputa de poder político, são espaços onde busca-se chegar a acordos que contemplem a todos (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

O Tev-Dem possui uma estrutura federativa onde a menor unidade são as Comunas, elas possuem total legitimidade na tomada de decisões, objetivando a descentralização de poder político com espaços de participação direta (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Estas Comunas são constituídas de uma vizinhança, uma rua ou uma vila. O número de participantes varia de algumas dezenas até poucas centenas, esperando-se que não constitua muitas pessoas pois é necessário que o número não seja grande demais para que todas as pessoas possam caber, participar e, mais importante, se expressar nas assembléias, mas quando uma assembléia se torna grande demais ela se fraciona para garantir que todos participem (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

Nas Comunas existe sistema de participação de cotas e, também, nos outros níveis de conselhos populares, para assim garantir a presença de grupos sociais que são historicamente menos presentes em processos de tomada de decisão, por isso é necessário que a Comuna seja formada com no mínimo 45% de qualquer dos dois gêneros, obrigando que haja paridade de gênero entre os presentes em todas as reuniões (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Há também uma quota para minorias étnicas, obrigando uma presença mínima de 10% de todas as minorias presentes na comuna, desta forma garantiria que todas as minorias possuam uma voz e que participem das tomadas de decisão (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

Nas Comunas todos os temas são discutidos e lá procura-se resolver todos os problemas e assuntos possíveis. Em alguns casos a votação pode surgir como uma alternativa a alguma decisão, entretanto, este é um recurso que esforça-se para que seja evitado para que não ocorra de minorias terem de se curvar diante da decisão de uma maioria (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de

São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). São também as comunas que decidem quem e como será realizado os projetos delas. Cada Comuna elege pelo menos dois copresidentes, caracterizando o sistema aplicado como de coliderança.

Os cargos são sempre duais, em cada comuna existe sempre um copresidente e uma copresidenta. A paridade de gênero é obrigatória, fazendo com que o cargo seja dividido entre um homem e uma mulher. A pluralidade socio-cultural buscada durante a votação é a mais variada possível em idade, religião e etnia. Entretanto, existem temas em que a coordenação das comunas deverá ser aplicada, como por exemplo: criação da infraestrutura, distribuição de energia, defesa de território etc. Para isso as Comunas se coordenam através de uma estrutura federativa de quatro níveis: comuna; distrito ou comunidade de vilas; cidade e cantão (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

No que tange a coordenação das comunas, primeiramente se define se a zona é urbana ou rural. Quando a zona é urbana o conselho popular acontece na esfera distrital, englobando aproximadamente oito Comunas. Quando a zona é rural, o conselho popular acontece na esfera de comunidade de vilas, englobando aproximadamente de sete a dez vilas e acima destes conselhos distritais ficam os conselhos de cidade, os conselhos de distrito elegem dois copresidentes e delegados que irão para o conselho de cidade (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). As Comunas elegem delegados para o conselho de cidades, chegando a até aproximadamente duzentos delegados, para que assim o conselho de cidades esteja sempre conectado com os conselhos de bases (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Existem também delegados de partidos, cooperativas, associações civis, organizações de jovens, mulheres, minorias étnicas e demais grupos que possam se formar e se sintam na necessidade de participar (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

O nível organizacional mais alto dentro desse sistema federal de Conselhos Populares é o conselho de cantão, nele, os delegados dos demais conselhos de cidade se reúnem, assim como os delegados das comunas (Comitê de Solidarieda-

de à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Os delegados presentes nos conselhos possuem mandatos mas não representam com liberdade de decisão, a função deles é a de comunicar as decisões tomadas nos níveis que estão abaixo, fazendo com que os delegados não sejam detentores de poder político pois este poder emana das Comunas (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

O objetivo está na maximização da autonomia das organizações menores através da descentralização do poder político, para isso, as Comunas tem liberdade de aplicar acordos que foram tratados nos Conselhos Populares superiores, fazendo com que as decisões dadas nos níveis superiores estejam adotadas pelas Comunas para que a decisão seja vinculante, diminuindo desta forma a possibilidade de os delegados tomarem decisões que os níveis inferiores não concordem (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Quando os Conselhos não chegam a um consenso sobre algum tema, é realizada uma votação e ganha a decisão que possuir mais votos, no entanto, caso alguma Comuna não concorde com a decisão, ela poderá recusar a implementação desta decisão nela (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016).

Existe também o Supremo Conselho Curdo (SKC), sendo o único órgão que se estende por todo o território de Rojava, sendo metade dele composto por membros do Partido da União Democrática (PYD) e relacionados ao Confederalismo Democrático e a outra metade composta por membros de partidos curdos ligados ao Curdistão Iraquiano sob liderança do Presidente Barzani (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). Este conselho não faz parte do projeto Confederalista Democrático, ele foi criado para administração de conflito dos diversos partidos curdos.

Por fim a Autoadministração Democrática (DSA) age como uma estrutura ligada aos Conselhos Populares que possui caráter técnico exercendo função executiva, administrativa e incorpora algumas aplicações de caráter legislativo não decisório, como é o caso do processo de redação da Carta do Contrato Social

ou de leis eleitorais (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). A DSA pode propor que políticas sejam implementadas, mas quem analisa, aprova e executa elas são os Conselhos Populares, logo, a DSA não tem poder decisório, sua atuação é estritamente técnica (DIRIK, 2016).

Cada cantão escolhe sua DSA, que é formada por dois copresidentes e 22 ministérios, estes, são escolhidos pelas Assembleias Populares dos Cantões respeitando o sistema de cotas falado anteriormente (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016; DIRIK, 2016; KNAPP, 2016). A DSA atua em tudo aquilo que afeta o cantão de forma macro (educação, defesa, saúde...) e sua atuação é sob a supervisão da Assembleia do Povo de cada cantão (DIRIK, 2016).

6. Estado Omisso

Na ditadura militar brasileira de 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação, que construiu conjuntos habitacionais de baixa qualidade e distante das cidades sem haver antes um processo participativo popular, exigindo que a população comprovasse possuir um trabalho formal através da carteira assinada, excluindo quem era de baixa renda e estava na informalidade (ALMEIDA, 2019).

De 1975 a 1985, houve a redemocratização gradual do Estado, paralelamente, os movimentos de luta por habitação surgiram e ganharam força, construindo uma proposta de política urbana que colocasse a moradia como um direito (ALMEIDA, 2019). Somente em 1991 que movimentos populares de luta por moradia, junto de outras organizações, conseguiram apoio suficiente para levar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei para a criação do Fundo Nacional por Moradia Popular, priorizando as famílias de baixa renda, descentralizando a política habitacional e a gestão democrática através de conselhos gestores eleitos democraticamente (ALMEIDA, 2019).

Em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade promovendo pelo regimento da lei a função social da propriedade e ampliação do acesso a moradia e, em 2002, foi incluído na Constituição Brasileira o direito a moradia (ALMEIDA, 2019). Em 2005 foi aprovada a lei que estabelece o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). SNHIS institui o acesso à terra urbanizada e habitação digna a população de menor renda, o FNHIS soma recursos para ações em habitação nos três níveis de governo e direciona para atender famílias de baixa renda, no entanto foi alvo de entraves burocráticos e abandonado após surgir o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (ALMEIDA, 2019). Em 2009, com o programa Minha Casa Minha Vida, foram designados subsídios expressivos para construção de moradias para pessoas de baixa renda, por seguinte os movimentos de luta por moradia conquistaram o MCMV-Entidades, destinado assim a eles, tornando o controle dos recursos públicos e a gestão de obras, feitas pelas próprias famílias associadas, assim, famílias de baixa renda organizadas em associações e cooperativas passam a ser atendidas, assim o MCMV-Entidades se torna um agente que potencia a autogestão na produção de moradia (ALMEIDA, 2019).

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) foi criada em 1989 e participou ativamente de todas as conquistas da luta por moradia descritas nos parágrafos anteriores. Eles atuam em favelas, ocupações, mutirões, loteamentos e se encontram em 16 Estados brasileiros. Em 2016 houve um golpe jurídico-parlamentar que gerou retrocessos nas políticas de moradia, pois a primeira medida do novo ministro das Cidades fora a suspensão das contratações previstas pelo MCMV-Entidades, o que foi interpretado pela UNMP como um posicionamento que revela o desinteresse do governo Temer em dialogar com os movimentos populares e um entrave no direito a moradia (ALMEIDA, 2019). O mesmo problema vigora no governo Bolsonaro.

A autogestão na produção habitacional incorpora movimentos de luta por moradia a partir dos anos 80, inspirado na Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Múta (FUCVAM) que possui como princípios a ajuda mútua, autogestão e a propriedade coletiva (ALMEIDA, 2019). A Secretaria Latino Americana de Moradia e Habitat Popular (SELVIHP) é uma articulação de movimentos populares de luta por moradia em diversos países da América Latina e possui a Escola Latino-americana de Autogestão do Habitat, focada na formação de dirigentes de base e demais militantes para troca de experiências (ALMEIDA, 2019). A UNMP participa da Coalizão Internacional do Habitat (HIC), discutindo temas do direito à moradia e a cidade com a SELVIHP e em nível global.

A UNMP defende o direito de interferir na construção de suas moradias e da autogestão como uma proposta política e de gestão de políticas públicas, pois: mobiliza o povo pobre; combate clientelismo e corrupção; confere autonomia as comunidades; questiona a transferência de recursos pelo Estado para o setor privado; questiona a moradia como mercadoria e lucro para o capital ao produzir sem lucro, pois moradia é direito e não mercadoria, para se morar é preciso terra e terra não se produz, logo, é importante que a terra seja um bem coletivo e não mercadológico (ALMEIDA, 2019).

A UNMP utiliza o Tripé da Autogestão, que é composto por: Estado, Movimento Popular e Assessoria Técnica. A assessoria técnica é composta por técnicos sociais, arquitetos, engenheiros, advogados etc (ALMEIDA, 2019). Eles

entregam um serviço técnico para o movimento popular com comprometimento aos processos autogestionários (ALMEIDA, 2019).

Cada base desta estrutura tem um compromisso importante, se um não conseguir cumprir com suas responsabilidades, todo o processo será prejudicado. Por exemplo, se o Estado não implementar a Política Habitacional por meio de programas prevendo instrumentos e diretrizes que estejam em conformidade com a Política de Participação, reconhecendo, inclusive, a legitimidade da intervenção dos Movimentos Populares na produção habitacional, não será possível garantir o acesso a recursos e dar seguimento aos projetos habitacionais. (ALMEIDA, 2019).

A UNMP promove a participação de mulheres nos mutirões, nas bases, nas coordenações e suas diversas experiências autogestionárias, com o intuito de contribuir para: a superação do papel tradicional da mulher na família; luta contra violência doméstica; enfrentamento a cultura patriarcal; aumento da participação política e inserção social (ALMEIDA, 2019).

Para a UNMP a autogestão em habitação só acontece com a adesão das famílias participantes durante o processo da produção de moradia: escolha de terreno; avaliação de condições de área; tipo de projeto; custos; grau de dificuldade; acompanhamento da obra e escolha de assessoria técnica (ALMEIDA, 2019). A participação se faz do início ao fim, incluindo depois da obra no pós-morar, com as famílias dando continuidade a gestão coletiva com administração condominial de forma direta, construindo estratégia coletiva (ALMEIDA, 2019).

As etapas do processo de produção de habitação autogestionária são: participação; controle social e transparência; negociação com órgãos públicos; conquista da terra; elaboração de projetos; planejamento financeiro; gestão da obra; comissões de trabalho; compras e contratos; mutirão; legalização do empreendimento e trabalho social pós legalização com os moradores (ALMEIDA, 2019).

Programas habitacionais que estimulavam a produção habitacional com participação popular tais como: Crédito Solidário, Produção Social da Moradia e o Minha Casa Minha Vida Entidades foram importantes, mas insuficientes

(ALMEIDA, 2019). Por isso a UNMP defende que seja construída uma legislação que reconheça o protagonismo de futuros moradores em todas as etapas do processo de produção de moradia, a lei estaria estruturada em três eixos: princípios, conceitos e definições da autogestão que a UNMP quer; criação do programa nacional de produção autogestionária de moradia; regulação de novas formas de construção de empreendimentos, possibilitando regulamentar a propriedade coletiva da terra pelos futuros moradores (ALMEIDA, 2019). A UNMP almeja provar que é possível construir moradias de qualidade sem a finalidade do lucro por trás pois quando a construtora é responsável pelos processos de construção da moradia, o que ela objetiva é o lucro desenhando projetos ruins, moradias pequenas, explorando funcionários e usando materiais de baixa qualidade (ALMEIDA, 2019). A participação das famílias, dos futuros moradores, no processo de construção através da autogestão, subverteria essa lógica mercadológica promovendo a defesa da habitação como um direito e não como uma mercadoria.

7. Estado como Terror

7.1. UPP's

O Complexo do Alemão é um complexo de favelas localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 ele possui uma população de 60.583 pessoas e de acordo com o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) possui uma população estimada em 89.912 pessoas. Por ser um complexo de favelas, o Complexo do Alemão é formado por 15 favelas: Estrada do Itararé, Itararé, Morro do Piancó, Morro da Baiana, Morro das Palmeiras, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Vila Matinha, Mourão Filho, Parque Alvorada, Joaquim de Queirós, Nova Brasília, Rua Armando Sodré, Relicário, Rua 1 pela Ademas. No entanto, de acordo com o censo feito pelo Gabinete de Crise do Alemão em 2020, é estimado que a população do Complexo do Alemão esteja entre 150 e 180 mil pessoas.

Em 2008, foram implementadas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) nas favelas do Rio de Janeiro para manter a segurança da cidade em razão dos megaeventos que estavam a surgir, tais como: Jornada Mundial da Juventude (2013); Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). A UPP se caracteriza como um método de policiamento comunitário que se baseia na proximidade da polícia com os cidadãos para que sejam geradas relações de confiança que propiciem o combate a violência nas favelas. Isso faz com que a polícia participe das atividades diárias da população local. Nesta lógica, as favelas e seus complexos são percebidos como pontos focais de violência com, de acordo com o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, altos índices de letalidade violenta.

O Estado tratar favelas como objeto importante na segurança pública não se dá apenas com base em estatísticas de violência. Na França, após a Revolução Francesa (1789-1799), os grandes centros urbanos foram mapeados militarmente para que fossem reformulados com o intuito de terem um planejamento de cidade que facilitasse o controle do Estado para com revoltas e insurreições que

pudessem surgir (C.Scott, James). Isso fez com que as cidades ganhassem formatos geométricos, com ruas largas, com o objetivo de facilitar o exército de marchar para trazer o controle e a ordem do Estado (C.Scott, James). Favelas terem um formato irregular, com casas, ruas e vielas sendo formadas de maneira independente pela população que lá vive, faz com que o Estado tenha dificuldade em realizar incursões militares, resultando inclusive em veículos blindados presos em vielas ou despencando de ruas íngremes. Favelas também são pontos de grandes ações de protesto, rebeldia e levantes populares contra a violência do Estado que, sob o argumento de estar combatendo a criminalidade, tenta controlar e vigiar os pobres promovendo a segregação espacial da cidade (Souza, 2019). Assim, o Estado parece diagnosticar as favelas de forma similar ao bairro francês de Belleville no séc.XIX, uma comunidade que a polícia não consegue penetrar, o Estado não consegue regular, as demandas políticas são muitas e é profundamente temido pelas classes mais altas da sociedade (C.Scott, James). Fazendo com que o Estado a trate como um covil de criminosos e revolucionários e, para lidar com ela, o Estado arruma argumentos que justifiquem que as favelas sejam ocupadas militarmente (C.Scott, James). Dadas essas dificuldades, o policiamento comunitário surge como uma proposta de facilitar a penetração das forças de repressão do Estado nas favelas.

Embora este método de policiamento comunitário tenha sido reconhecido pela Anistia Internacional (AI) em 2010 como um método alternativo de policiamento aos métodos repressivos antes empregados, as UPP's foram também denunciadas pela Anistia que os moradores de favelas passaram a ser vítimas de discriminação, violência e demais atos arbitrários dentro das favelas, tanto pelas forças policiais das UPP's quanto fora dela através de incursões militarizadas (Souza, 2019).

Os jornais das grandes mídias brasileiras, inicialmente, fizeram matérias elogiando a implementação das UPP's. O jornal "O Globo" chegou a veicular a informação de que as UPP's eram um serviço do Estado que estavam sendo recebidas pelos moradores do Complexo do Alemão com aplausos e gritos de liberdade. No entanto, de acordo com os próprios moradores do Alemão, apenas uma pessoa fora percebida batendo palmas e comemorando a chegada da UPP,

uma pessoa que foi transformada pelo jornal em toda a população aplaudindo (N. Silva, Daniel et al).

Em realidade o que se analisa é que desde o surgimento da primeira UPP, em 2008 no morro Santa Marta, já haviam denúncias dos moradores de arbitrariedades dela. E o que cresce na percepção do povo favelado é que a UPP está lá mais para promover uma política de limpeza social, vigilância e proteção dos interesses do mercado imobiliário para os megaventos, do que para promover a segurança do povo que mora nas favelas pacificadas (Souza, 2019).

7.2. Pandemia COVID-19

Em 26 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de COVID-19 no Brasil. E em 17 de março de 2020, o Ministério da Saúde confirmou a primeira morte. O Governo Federal negou – e nega até o presente momento em que esta dissertação é escrita – a importância do COVID-19, incentivando a população a não seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no combate a pandemia. Alguns Governadores entraram em conflito com a irresponsabilidade com que o Governo Federal tratava a questão da pandemia e tentaram impor medidas sugeridas pela OMS para conter o avanço do vírus, gerando atritos com o Governo Federal.

Auxílios emergenciais, quarentenas, incentivo a população de uso de máscaras e álcool em gel, fechamento de comércios, desinfecção de espaços públicos, tudo isso foi debatido e negociado entre as castas políticas. Entretanto sua aplicação foi parca e ineficiente entre os apelos da sociedade civil que, antes polarizada entre espectros políticos difusos, agora se polariza entre a vida e o negacionismo científico que leva a morte. E na maior crise sanitária do século XIX, quem mais sofre no país é a população pobre e negra.

7.3. Complexo do Alemão no COVID-19

Os moradores do Complexo do Alemão vivem um processo histórico de exclusões com violações dos direitos humanos, fome, carência de serviços de saúde, água e esgoto (IBASE, 2020). O Ibase aponta que para 83% da população do Complexo do Alemão, ainda existem pessoas que passam fome. No Alemão 74% da população é negra, 51% da população é composta por mulheres e 32% por jovens. De acordo com 71% dos moradores os serviços referentes a abastecimento de água, limpeza das ruas, saúde e educação não atendem as necessidades que eles possuem (IBASE, 2020). Este breve contexto de desigualdade evidencia o estado de vulnerabilidade que o Complexo do Alemão se encontra num momento de pandemia, pois:

No contexto em que atravessamos, que já vinha de um grave aumento das desigualdades, a pandemia comprova que a falta de condições básicas de vida impacta diretamente nas condições necessárias para a prevenção do contágio e tratamento da doença como a higiene e a estrutura para isolamento social e acesso ao direito à saúde fundamentais num momento como o que vivemos agora. (IBASE, 2020)

Durante os megaeventos o Complexo do Alemão recebeu investimentos governamentais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), isto atraiu turistas e aqueceu o comércio local, mas atualmente o Complexo do Alemão não recebe investimentos governamentais e, de acordo com o Ibase, vive um estado de abandono, resultando em 63% dos moradores do Complexo do Alemão vivendo com renda máxima de até um salário e 24% não possuem renda (IBASE, 2020).

Os investimentos que o Complexo do Alemão recebeu durante os megaeventos não contemplaram a amplitude das necessidades básicas dos moradores e serviram para criar uma falsa atmosfera de desenvolvimento, como o caso do Teleférico do Alemão, uma obra que foi mais imposta pelo Estado do que pedida pelos moradores. Atualmente, pelas limitações impostas para se usar o teleférico (tais como não poder carregar sacolas pesadas de compras), o mesmo é pouco usado pelos moradores e, por ficar ao lado da UPP local, a mesma o usa para vigilância, fazendo com que já tenha sido palco de conflitos armados (BORGOSANTOS, 2014). O teleférico foi construído pensando nos turistas que estavam curiosos por conhecer o Complexo do Alemão durante os megaeventos,

contribuindo para a espetacularização das favelas e ignorando as prioridades dos moradores, que preferem investimento em saneamento básico, saúde e educação do que no teleférico (BORGOS DUARTE SANTOS, 2014).

7.4. Gabinete de Crise do Alemão

O Gabinete de Crise do Alemão (GCA) nasceu no dia 17 de março de 2020, no momento que o vírus COVID-19 estava surgindo no Brasil. Camila Santos, ativista pela moradia no Complexo do Alemão, teve a iniciativa de convocar outros ativistas para discutir meios de se combater o COVID-19 nas favelas. O GCA se formou através da integração dos movimentos sociais: Coletivo Papo Reto, Mulheres em Ação no Alemão e Vozes da Comunidade.

Papo Reto é um coletivo de comunicação independente formado por jovens do Complexo do Alemão e Penha surgido em 2014 objetivando fazer uma mídia diferente da corporativa, propagando notícias que lá acontecem. Vozes da Comunidade é um jornal comunitário surgido em 2005 que em 2010 foi destaque em mídias nacionais e internacionais. Mulheres Em Ação no Alemão é um coletivo de mulheres do Complexo do Alemão que oferece acolhimento a mulheres vítimas ou não de violência doméstica, realiza ações de solidariedade para os moradores do Complexo do Alemão e campanhas de conscientização sobre a violência de gênero.

O GCA possuía duas principais atividades: as ações de solidariedade e as ações virtuais de conscientização sobre o COVID-19. As ações de solidariedade eram nas localidades do Complexo do Alemão e, em uma ação extraordinária, no Complexo da Penha. Essas ações de solidariedade consistiam na doação de cestas básicas, kits de higiene e itens de proteção contra o COVID-19, tais como álcool em gel e máscaras (LANA, Entrevista).

As entregas das doações eram feitas em todas as localidades do complexo do alemão, mesmo nas que já possuía forte atuação de ativistas. Sempre com muita troca, e ouvindo a todos para entender o que seria importante ter na localidade. Eles iam mesmo já tendo um projeto de importância na localidade. Por diversos

motivos, as vezes a logística daquela organização não dava conta de fazer uma distribuição, outras o projeto não estava conseguindo agir durante a pandemia (LANA, Entrevista).

As trocas eram emergenciais pois os ativistas estavam sempre na rua ou conectados online e com base nas demandas o GCA via o que tinha de disponível e destinava ao local (LANA, Entrevista). Não tinha um padrão ou formato rigoroso de planejamento, era de acordo com o fluxo diário, a demanda das pessoas. A intenção era o Complexo do Alemão inteiro ser beneficiado provendo conforme a necessidade de cada um e, quem estivesse doando, tivesse a certeza da entrega da doação (LANA, Entrevista).

A comunicação era informal. Ocorria muito pelas redes sociais, o aplicativo “Whatsapp” era uma ferramenta de trabalho. Era uma relação totalmente horizontal, sem hierarquias. Não existia divisão de trabalhos, o que havia eram perfis dentro da equipe de voluntários. Embora o GCA tenha sido composto das três organizações iniciais, muitos dos voluntários eram pessoas que não necessariamente pertenciam a essas organizações. O que era organizado no GCA era de acordo com o perfil e desejo de trabalho de cada um. Havia aqueles que estavam mais dedicados a falar com empresas, conseguir financiamento, recursos, conseguir doação de compras, roupas, chinelos e sabonetes. Aqueles que estavam mais focados em fazer parcerias com empresas eram as pessoas que tinham maior presença nas redes sociais, eram: Raul Santiago, Renê Silva e Camila Santos (LANA, Entrevista).

Havia um grupo no “Whatsapp” só com voluntários caso precisassem de mais gente para alguma ação. Geralmente para serviços logísticos de curto prazo, como o descarregamento de insumos para doação. Sempre que a ajuda coletiva era necessária, não importava se o perfil dos voluntários fosse outro, todos se esforçavam para ajudar. Havia voluntários que ajudavam diariamente a organização no recebimento de doações, registro de material e no carregamento e descarregamento dos mesmos (LANA, Entrevista).

Um rapaz parceiro das organizações disponibilizou um galpão que possuía para uso do GCA. Durante as atividades, o GCA tentou manter a localização do

galpão em sigilo. Tinham medo de expor a localização e surgirem filas imensas fora do galpão atrás de insumos que não tivessem para doar, além da aglomeração que poderia gerar na pandemia. O galpão foi necessário pois o volume de doações que receberam não era possível de guardar nem usando os espaços que as três organizações tinham para recebimento de doação (LANA, Entrevista).

Quando chegava a doação as primeiras pessoas a serem apoiadas eram os voluntários, eles eram moradores do Complexo do Alemão, passavam por dificuldades e era importante para o GCA que os voluntários tivessem tranquilidade no que faziam. Alguns deles se tornaram voluntários após perder o emprego na pandemia (LANA, Entrevista).

Para que as doações fossem para cada morador e não corresse risco de expor a localização do galpão, o GCA realizou um censo seguido de cadastro no Complexo do Alemão, estimando a população entre 150 e 180 mil pessoas (LANA, Entrevista). O cadastro teve vários formatos, o último que foi o que permaneceu até o fim do GCA. Consistia nos voluntários irem de porta em porta nas localidades do Complexo do Alemão com um fichário para colher as informações que eles considerassem importantes para saber a necessidade de cada localidade (LANA, Entrevista). As vezes na mesma semana ou na semana seguinte eles voltavam aquela localidade, avisavam as pessoas cadastradas por lista de transmissão do “Whatsapp” e, caso a pessoa não tivesse o aplicativo, eles ligavam para ela (LANA, Entrevista). Assim determinava o dia e horário que estariam lá para atender as pessoas cadastradas. Assim conseguiram organizar e entender melhor as localidades, quantas pessoas moravam na casa, idade, se possuíam comorbidade, necessidade especial, etc.

Durante as ações de solidariedade do GCA, também era uma atribuição dele e de seus voluntários observar o processo de cadastro e as ações de solidariedade para zelar pela segurança dos voluntários e dos próprios moradores (LANA, Entrevista). Seja pela violência promovida pela polícia ou por algum desentendimento que pudesse ocorrer durante a doação.

Já tiveram de interromper ação por ter incursão policial. Houve situação que estavam na localidade onde, segundo a polícia, havia denúncia de caminhão

roubado. A polícia chegou atirando, só que o caminhão era o de doação do GCA. Os voluntários tiveram de se refugiar no galpão e na casa de moradores para não serem alvejados. Quando os policiais se aproximaram do caminhão, perceberam que não era o caminhão que havia sido denunciado e foram embora (LANA, Entrevista).

Os militantes de maior presença nas redes foram os articuladores a conseguir apoios de empresas e instituições para o GCA. O “Twitter” foi importante para conseguir o primeiro contato com essas empresas. Essas parcerias foram alcançadas também por intermédio de pessoas famosas, como a parceria com a Ipê graças ao Luciano Huck que fez uma ponte entre a Ipê e o GCA. O Twitter era uma forma de estar mais próximo das empresas. Entre elas houve apoio da Ambev com galões de água, doação de chocolates das Lojas Americanas e da Cacau Show enquanto que Havaianas e Ipê com produtos de higiene. As outras doações foram menores e pontuais (LANA, Entrevista).

A exposição midiática que o GCA conseguiu serviu para mostrar o que o GCA fazia, de fazer chegar informação que já estavam dando em suas redes para um número maior de pessoas. O GCA é muito crítico no trabalho desenvolvido na comunicação, percebendo que às mídias tradicionais tem o costume de caracterizar as favelas negativamente e essa exposição da mídia passava uma imagem positiva de favelas (LANA, Entrevista). O GCA não queria passar na mídia a imagem de salvadores das favelas, como se fossem os únicos a realizar ações de solidariedade, por isso indicavam outros movimentos que faziam ações em favelas para aumentar a divulgação e assim contribuir para uma imagem positiva das favelas ser divulgada nas mídias tradicionais (LANA, Entrevista). Os momentos em que o estereótipo de favelas como foco de violência eram alterados eram nas mesmas favelas, por isso eles queriam indicar outras favelas para que as que não estivessem dentro desse grupo pudessem ter sua percepção de violência alteradas, fazendo que negassem muitos pedidos de entrevistas e indicassem outras favelas (LANA, Entrevista).

Os jornais tradicionais tentavam fazer matérias com o GCA no galpão mostrando como eram os processos de distribuição, mas por questão de segurança o GCA preferia que não fossem feitas matérias no Galpão para que a sua localiza-

ção não fosse divulgada (LANA, Entrevista). O GCA ofereceu produzir um material próprio a ser enviado, para que o Galpão fosse contemplado sem revelar sua localização, mostrando o processo de segurança deles e não a narrativa que o jornal pudesse elaborar sobre (LANA, Entrevista). Eles sabiam que, conhecendo o funcionamento das mídias tradicionais, sabiam que não adiantaria dizer o que poderia ser ou não gravado, pois não seriam respeitados (LANA, Entrevista). No entanto, quando ofereciam produzir eles mesmos o material, os jornais recusavam.

O GCA compreende o quanto o material produzido poderia gerar de impacto para os jornais das grandes empresas, quanto o material que eles produzissem poderia afetar e o quanto de dinheiro isso gera a elas (LANA, Entrevista). Quando eles rejeitam o material do GCA, fica-se claro que a intenção não é a de mostrar a narrativa do GCA sobre seus afazeres e sim a narrativa que o Jornal decide construir sobre eles (LANA, Entrevista).

Importante dizer que não havia nenhum estereótipo de gênero na condução dos trabalhos do GCA, os trabalhos eram tomados respeitando as potencialidades e limitações de cada um (LANA, Entrevista). Cada um escolhia seus afazeres de acordo com seu gosto.

Receberam doações da Fiocruz (higiene e limpeza) e conhecimento para veicular aos moradores do alemão. Pegavam informações de caráter científico e traduziam para a linguagem do dia a dia. Sempre sem intermédio do Estado, a proximidade que tinham com algo público era com médicos da Clínica da Família, mas eram relações interpessoais que já cultivavam pela convivência, nada foi mediado por algum Orgão superior (LANA, Entrevista). Nenhuma célula do Estado os ajudou e em alguns momentos atrapalhavam, pois houve um momento em que anunciaram dar cestas básicas para os presidentes das associações de moradores do Complexo do Alemão, anunciaram um número e deram um muito menor que o anunciado, comprometendo o planejamento de doação de cesta básica dos presidentes das associações de moradores (LANA, Entrevista).

O GCA consistia em 32 pessoas pertencentes aos coletivos mencionados anteriormente. Os conflitos eram resolvidos reunindo a todos e conversando de forma horizontal. Se fosse um conflito de grupo, ouviam a todos, sendo individual

as pessoas falavam e se encontrava uma solução coletiva. O encontro era sempre presencial na resolução de conflitos (LANA, Entrevista).

O GCA se desfez após perceberem que não valia a pena manter as ações pois as pessoas não mais respeitavam a quarentena. Isso fez com que o fluxo de doações diminuísse conforme a flexibilização de pessoas na rua (LANA, Entrevista).

8. O Mal-Estar da Autogestão

Nas seções anteriores vimos três estudos de caso representando cada um dos conceitos de manifestação de prática autogestionária: Rojava, GCA e UNMP.

O caso de Rojava constitui o conceito de Estado Inexistente por se tratar de uma forma de organização de sociedade que substituiu a necessidade de um Estado. Esta substituição, através do sistema Confederalista Democrático, resulta em um modelo de democracia direta em que, através do federalismo aplicado e junto da autogestão, permite que seja um governo pelo povo. Desta forma, alia-se o argumento de Schumpeter sobre a democracia direta ser um governo pelo povo (SCHUMPETER, 2017), com os argumentos de Albert e Guillén de que a sociedade autogestionada como modelo democrático pode ser classificado como um modelo democrático direto (ALBERT et al, 2004) e, por Rojava não se tratar de uma comunidade pequena e primitiva, derruba-se o argumento de Schumpeter de que apenas nelas que a democracia direta consegue ser aplicada (SCHUMPETER, 2017), dando força ao argumento de Guillén de que a democracia direta pode ser alcançada em sociedades maiores através da federalização de comunidades autônomas (ALBERT et al, 2004), fazendo assim do sistema de Rojava, não um governo, mas sim, um autogoverno de comunidades integradas, conforme Bookchin defendia para que artifícios de dominação política não florescessem (BOOKCHIN, 1989).

A autogestão, como Dahl argumenta, pode ser usada como um poder de inclusão (DAHL, 2015) e, conforme Guillén, pode ser usada também com caráter emancipatório (ALBERT et al, 2004). O caráter emancipatório, segundo Bookchin, só pode ser alcançado em sua plenitude com a descentralização total de poder político (BOOKCHIN, 1989), e essa descentralização total é impossível de ser alcançada em uma democracia liberal por possuir, de acordo com Schumpeter, um caráter representativo de um governo aprovado pelo povo (SCHUMPETER, 2017).

O governo é aprovado pelo povo pois é ele quem aprova quem serão seus representantes, mas isso não significa que aprovelem tudo o que os representantes decidem enquanto exercem este título, fazendo com que o povo não esteja eman-

cipado e incluso em sua totalidade por não serem eles os reais autores de seus destinos e sim os representantes que, em decorrência do título que possuem, concentram poder. Isso significa que para que todos os integrantes do povo sejam inclusos e se emancipem, é necessária a desconcentração de poder, que é impossível de ser alcançada na democracia liberal pois ela concentra poder sob o argumento de representação do povo. A autogestão gera uma desconcentração de poder e maior inclusão entre todos os envolvidos na prática.

A desconcentração de poder político, a inclusão e a emancipação (mesmo que não total) por meio da autogestão pode ser observada em todos os estudos de caso vistos anteriormente. Vemos com o GCA mostrando equivalência dos papéis de gênero, horizontalidade nas relações e nas ações de solidariedade, respeitando as potências e limitações de cada um. Em Rojava, com o sistema que inclui os excluídos através de cotas e paridade de gênero, com total desconcentração de poder, potencializando a voz de cada morador de cada comuna. E na UNMP com sua produção em habitação autogestionada, com participação das famílias em cada processo da produção, se preocupando em alcançar paridade de gênero elevando mulheres nas mais variadas funções.

O caso do GCA constitui o conceito de Estado como Terror pela política de repressão do Estado imposta contra os moradores do Complexo do Alemão agir como uma catapulta para o florescimento das práticas autogestionárias. Embora possam ser identificados elementos de omissão, é classificado como terror devido as UPP's e incursões policiais que lá ocorrem sob argumento de estar se combatendo uma suposta criminalidade e, estes policiais, serem forças do Estado, logo, ele não está omissos, está presente e produzindo terror contra os moradores.

Esta repressão afasta e estigmatiza as favelas pacificadas como berços de violência, fazendo com que o Estado se importe mais em fomentar a atividade policial, gerando mais violência, do que atendendo as necessidades básicas dos moradores desta região. A autogestão se torna então uma prática para a sobrevivência, e é isso que o GCA demonstra no caso abordado. Embora a palavra “autogestão” não tenha sido dita durante a entrevista, as práticas autogestionárias podem ser identificadas ao longo do caso. O principal objetivo do GCA era combater a fome no Complexo do Alemão. Sua organização, embora idealizada por três

coletivos locais, era horizontal, com poderes descentralizados, mesmo que constituindo uma força tarefa.

Embora a atuação do GCA seja surpreendente pela visibilidade, engajamento e quebrar estruturas hierárquicas de Estado como se reunir com instituições de saúde de forma direta sem mediação, a dominação burocrática do Estado por meio da democracia liberal não reconhece outras formas de se gerir e, com isso, mesmo quando quer demonstrar ajuda, ele atrapalha. Como foi o caso do Teleférico do Alemão e das cestas básicas prometidas para as associações de moradores.

O caso da UNMP constitui o conceito de Estado Omisso pois é como o Estado, na democracia liberal trata a questão da moradia. Ao tratar a terra como algo privado e com uma lógica de lucro, o Estado se omite da real responsabilidade que poderia ter para com a habitação e cria métodos burocráticos que privilegiam um grupo em detrimento de outro, no caso, as construtoras em detrimento das famílias sem habitação. Essa lógica de dominação burocrática faz com que as construtoras enriqueçam em cima de um direito que é tratado como mercadoria (Almeida, 2019). O uso da autogestão como forma de aumentar a participação das famílias em todas as instâncias de todos os processos que envolvem a habitação é uma forma de emular a sociedade autogestionada defendida por Bookchin, só que num espaço condominial. O uso desta se assemelha também, em princípios, as ações autogestionadas nas comunas de Rojava, incluindo a preocupação com a participação da mulher, que também é presenciado nas ações conjuntas de voluntários no GCA e no processo orgânico de urbanização em favelas. A autogestão acontece, mesmo que seu nome não seja pronunciado.

A UNMP, embora ainda muito presa a democracia liberal por depender do Estado como um agente de legitimação das moradias conquistadas, parece testar as limitações das conquistas da autogestão dentro da democracia liberal através da tentativa de implementar a lei da autogestão. Se bem-sucedida, provaria uma subversão da autogestão aonde ela consegue adquirir uma parcela de emancipação, inclusão e descentralização de poder político em um modelo democrático que proporciona o oposto. Isso aumentaria a capacidade de contestação pública e inclusão, colocando o modelo democrático liberal brasileiro mais próximo da poliarquia de Dahl (DAHL, 2015), no entanto, seria um poder concedido pelo Estado,

pois precisaria da aprovação do mesmo e da mesma forma que este Estado pode conceder, ele pode retirar caso prejudique algum grupo de interesse maior.

A lei da autogestão caso consiga força e aprovação, poderia futuramente ser estendida para a produção de habitação em favelas e demais obras de infraestrutura, concedendo poder de decisão dos moradores sobre as obras que lá ocorrem, evitando assim que casos como o do Teleférico do Alemão ocorram.

9. Conclusões

O mal-estar da autogestão na democracia liberal é caracterizado pelas limitações que a democracia liberal impõe perante ela. A autogestão torna o povo autor de suas decisões, ela pode se manifestar tanto como uma ferramenta para a sobrevivência de uma população oprimida, quanto para o acesso a infraestrutura necessária para uma vida digna, mas ela somente é capaz de alcançar seu potencial emancipatório através do rompimento da democracia liberal instituindo um modelo democrático direto.

O exemplo de Rojava comprova empiricamente a possibilidade de se construir uma sociedade moderna autogestionada com democracia direta. Os estudos de caso do GCA, UNMP e Rojava evidenciam que a autogestão promove a inclusão através da diluição do poder político, garantindo autonomia e permitindo que sejam autores de seus destinos.

A “lei da autogestão” proposta pela UNMP pode abrir precedentes para conferir maior autonomia habitacional e de infraestrutura para moradores de favela e sem tetos. Concedendo maior capacidade de contestação pública e inclusão para segmentos sociais excluídos na democracia liberal.

10. Referências bibliográficas

ALBERT, Michael et al. **Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas**. 1. Ed. São Paulo: Editora Faísca, 2004.

ALMEIDA, Cíntia et al. **União Nacional por Moradia Popular: cartilha de autogestão em habitação**. 1. Ed. São Paulo: UNMP, 2019.

ARIAS, Enrique. **Faith in Our Neighbors: Networks and Social Order in Three Brazilian Favelas**. Vol 46, No 1. Editora Latin America Politics and Society, 2004.

BOOKCHIN, Murray. **The Meaning of Confederalism**. 20. ed. Burlington: Editora Green Perspectives, 1989.

BORGO DUARTE SANTOS, Lúcia. **Impactos da implantação do teleférico como sistema de transporte de favelas: O Caso do Complexo do Alemão**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 118. 2014.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO et al. **Soresa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina**. 1. Ed. São Paulo: Editora Biblioteca Terra Livre, 2016.

CORRÊA, Felipe. **Liberdade ou Morte: teoria e prática de Mikhail Bakunin**. 1. ed. São Paulo: Editora Faísca, 2019.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DILGER, Gerhard et al. **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora Elefante, 2019.

DIRIK, Dilar et al. **A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no oriente médio**. 2. ed. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

GAY, Robert. **Neighborhood Associations and Political Change in Rio de Janeiro**. Vol. 25, No. 1. Editora Latin America Studies Association, 1990.

GAY, Robert. **Popular Incorporation and Prospects for Democracy**. Theory and Society 19, 447–463. Netherlands: Editora Kluwer Academic Publishers, 1990.

GAY, Robert. **The Broker and the Thief (Reflections on Popular Politics in Brazil)**. Vol 36, No. 1. Wisconsin: Editora University of Wisconsin Press e Luso-Brazilian Review, 1999.

IBASE. **Pesquisa do Ibase revela indicadores de cidadania do Complexo do Alemão.** Disponível em: <<https://ibase.br/pt/noticias/pesquisa-do-ibase-revela-indicadores-de-cidadania-do-complexo-do-alemao/>> . Acesso em: 29/07/2021.

KNAPP, Michael et al. **Revolution in Rojava: democratic autonomy and women's liberation in Syrian Kurdistan.** 1. ed. Northampton: Editora Pluto Press, 2016.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the Evolution of institutions for collective action.** 10. Ed. Cambridge: Editora Cambridge University Press Canto Classics

SAVELL, Stephanie. **Performing Humanitarian Militarism: Public Security and the Military in Brazil.** Journal of Global and Historical Anthropology, Vol 2016, No. 75. Editora Stichting Focaal e Berghahn Books, 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SCOTT, James. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.** 1. Ed. New Haven and London: Editora Yale University Press, 1998.

SILVA, Daniel et al. **Complex Territories, Complex Circulations: The “pacification” of the Complexo do Alemão in Rio de Janeiro.** Pragmatics and Society, Vol 6, No 2. Editora John Benjamins Publishing Company, 2015.

SOUZA, Lana. **Entrevista.** Entrevistador: B. Campos. Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, 2021. 1 arquivo de vídeo .mp4 (65min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice dessa dissertação.

SOUZA, Renata. **Cria da Favela.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Núcleo Piratininga de Comunicação, 2018. UNMP - União Nacional por Moradia Popular. Disponível em: <<https://www.unmp.org.br/>>. Acesso em 29/07/2021.

11. Apêndice

Transcrição de áudio literal acadêmica de entrevista concedida por Lana de Souza em 25/02/2021 as 15:54:49.

(Início da transcrição) [15:54:49]

P1: Ta, é, olha Lana se tiver alguma coisa que você não estiver se sentindo confortável para responder, ta tudo bem, ta, pelo amor de Deus.

F1: Ta, maravilha.

P1: A sua segurança vem pra mim em primeiro lugar nessa entrevista, ta bom?

F1: Show de bola.

P1: Também to na luta, sei como é, então pode ficar tranquila.

F1: É a correria é isso.

P1: Quero dizer que eu fiz uma revisão de tudo que eu tava vendo que o Gabinete de Crise é... fez (talvez F1: Aham.) e... cara eu fico realmente muito emocionado com tudo o que vocês conseguiram sabe, eu espero assim com essa entrevista (inint) [15:55:31] eu possa aprender coisas que eu vou poder levar pra militância sabe, (inint) [15:55:38] muito impressionante. Assim, o que motivou a criação do Gabinete de Crise tem diversas já publicações... diversas publicações explicando então assim, não tem porque perguntar isso né é...

F1: Ai pera aí que eu acho que eu travei alguma coisa aqui seu, pera aí rapidinho que eu to tentando mudar só o Wi-Fi pra não... pra gente não ter instabilidade. Peraí que eu acho que fiz alguma coisa... acho que eu tava... que? Ah, voltou.

P1: Voltou?

F1: Voltou. Agora eu botei no meu 4G porque a internet ta um pouco instável aqui aí a gente não oscila tanto. Mas maravilha, vamos seguir.

P1: Bem, beleza, ta ótimo. É eu vi que vocês é... as ações do Gabinete de Crise no Complexo do Alemão contemplou diversas localidades é... eu li ali Sabino, Canitar, Praça do Samba, Rua Dois, Largo da Vivi isso na Alvorada né?

F1: Uhum.

P1: Pedra do Sapo, Travessa São José, Fazendinha, Nova Brasília, enfim, vários, várias e vários locais é... até o Complexo da Penha vocês chegaram a conseguir fortalecer também.

F1: Sim.

P1: E vocês também conseguiram fazer conexões com... isso é uma coisa que eu vou tocar mais para o final né, vou perguntar mais para o final, mas só fazendo o adendo aqui que vocês conseguiram até conexões com uma empresa né com a Havaianas e junto com uma consultora pra conseguir ajudar até mesmo é é, ONG's e comunidades de outros estados do país.

F1: Sim.

P1: É... assim, isso é muito impressionante sabe, é... eu fiquei assim muito emocionado lendo é.. eu queria saber se tem mais alguma outra localidade assim que o Gabinete de Crise ele conseguiu contemplar que de repente não apareceu na página de vocês, que você gostaria de falar sobre alguma experiência que você teve...

F1: Então eu acho que foi muito nesse sentido. Todas essas primeiras que você citou elas são todas as localidades que compõem o Complexo do Alemão né... o Complexo do Alemão ele tem uma estrutura de cidade são... o IBGE tem uma conta aí muito furada de 70 mil moradores que é do IBGE ainda de 2010 mas as nossas contas reais elas giram em torno de 150 a 180 mil moradores né... então são várias localidades e elas são favelas subdivididas nas suas favelas menores dentro desse complexo como um todo, então teve esse processo é... muito pontualmente teve a essa relação com a Havaianas que aí foram para outros estados é... mas teve também muita conexão com outras favelas no próprio Rio de Janeiro né, então muito a gente tava muito próximo da galera da Cidade de Deus fazendo algumas coisas em parceria também com a Maré, com Acará né, então acho que para além do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro a gente se conectou bastante com coletivos e organizações que se juntaram durante a pandemia é... em outras favelas do Rio também... mas acho que no geral foram essas assim.

P1: É, eu acho muito interessante porque é... foram a princípio né, inicialmente foram três né, o Voz das Comunidades, Papo Reto e Mulheres em Ação...

F1: Isso.

P1: Mas é... nisso outros coletivos também se juntaram a vocês é para, para fazer essas ações é...

F1: É assim, como Gabinete eram essas três né... eram essas três organizações. A gente tinha... a gente muitas das vezes a gente fazia um processo de redistribuir né, porque era muito mais fácil ao invés da gente criar uma logística para estar num determinado local fazendo por nós mesmos as doações, se a gente tinha, se tem algum projeto naquela localidade dentro do Complexo do Alemão que da conta daquela área. Então o que a gente fazia era organizar com aquela, aquela galera qual eram as demandas, qual eram as necessidades em números e aí a gente faz é... e aí essa organização ia lá no galpão, fazia a retirada desse volume e elas, elas por conta própria faziam essa... essas entregas então a gente fazia muito esse processo de colaboração de redistribuição de doação pra ir compreendendo essa dimensão do Complexo do Alemão e os seus vários projetos existentes né.

P1: E isso contemplava então todos os coletivos do Complexo do Alemão?

F1: É eu acho que a gente se relacionou com quase todos sim, pelo menos os que a gente tem mais é... conhecimento... assim, claro, em todos os lugares tem muitos projetos desde o pequenininho ao maior, mas assim dentro... em todas as comunidades de dentro do Complexo do Alemão que tenham algum parceiro né ou que a gente já conheça de outros lugares ou que a gente já participou dessa ONG, é... todos esses a gente já conseguiu de alguma forma contemplar sim.

P1: Uhum, daí no caso vocês foram assim... vocês três é... vocês três coletivos né, presencialmente em localidades do Complexo do Alemão onde a presença de movimentos sociais não era tão forte assim, daí precisava de vocês ir lá pra preencher esse... esse espaço.

F1: É... sim mas não necessariamente porque... acontecia também de a gente ter um parceiro que não estava é... por decisão própria mobilizado a

fazer ações durante a pandemia e isso mesmo tendo um projeto importante, necessário naquela localidade, a gente ia por conta própria também para aquela localidade a fazia as nossa, as nossas entregas. Mas sempre com muita troca, com muito ouvindo todo mundo pra entender o que que seria importante ali e tudo mais, mas muitas das vezes mesmo tendo um projeto é... de relevância naquela localidade ainda assim a gente também ia quando... por vários motivos por exemplo, porque as vezes o projeto não estava é... na sua composição agindo durante a pandemia ou porque a logística da organização talvez não desse conta é... de fazer uma distribuição naquele formato mas... na maioria das vezes sim a gente tava também nos locais onde tinha algum projeto independente dos que já compunham o Gabinete.

P1: Uhum, e... eu achei bem interessante o que você falou a questão da troca né, é... como é que era, como é que vocês se relacionavam com outros coletivos era... como é que vocês faziam essa divisão de trabalho assim sabe, quem ficava responsável por o que... isso era... eram os coletivos que decidiam isso ou tinha uma assembleia geral onde vocês discutiam isso e, como é que era.

F1: Quando a gente fazia essa... essas doações pros outros parceiros?

P1: Sim, sim.

F1: Não... assim na verdade era... assim, as trocas eram sempre muito emergenciais tanto que a gente ficava sempre o tempo inteiro ali na rua ou é... muito conectados online e... muitas das vezes as mensagens chegavam “caraca aqui a gente ta com demanda assim e assado” é... e aí a gente via dentro do que a gente tinha de doação do que era possível fazer a pessoa, a galera falava suas demandas e a partir do que era possível, do que a gente tinha disponível que era possível destinar para aquele local a gente destinava, assim, não tinha um padrão e não tinha um formato muito... é, é... rigoroso e, e... de planejamento para que isso acontecesse não, isso vinha muito do fluxo do dia a dia, e do que aparecia de fato como demanda dessas pessoas, porque de alguma maneira o objetivo principal era fazer com que as pessoas do Complexo do Alemão como um todo fossem beneficiadas, tivesse sendo apoiadas e independente de quem estaria doando essa doação iria chegar né... então... era muito flui-

do assim, não tinha uma... um, um momento decisório de como isso iria acontecer a gente se falava muito pelas redes sociais, o whatsapp era muito uma ferramenta de trabalho é... então era muito no fluxo de demanda naquele dia, naquela semana, naquele mês.

P1: Então é, é... não tinha um canal formal né? Era...

F1: Não.

P1: ...bem informal mesmo e...

F1: Sim.

P1: ...vocês iam provendo de acordo com a necessidade...

F1: Exatamente, isso.

P1: ... que ia gerando... entendi...então assim é, é uma relação bem... é, horizontal assim de fato né...

F1: É, sem dúvidas.

P1: ...não tinha uma hierarquia.

F1: Não, nesse sentido não. A gente... o que tinha eram perfis assim dentro da equipe dos voluntários porque apesar de ter sido é... gerido por essas três organizações, muitas dessas pessoas que estavam lá presentes eram voluntários, muitos deles que não faziam parte de nenhuma das três organizações. Então o que a gente, o que era organizado dentro do Gabinete tinha mais a ver com... com o perfil e o desejo de trabalho de cada um. Tinham pessoas que estavam mais dedicadas a buscar financiamento, a falar com empresas e conseguir recursos, conseguir doação de compras ou de roupas, ou de chinelo... né, sabonete, de alcool, então tinham pessoas que estavam mais focadas e, e, e naturalmente eram as pessoas que tinham uma presença mais imponente nas redes sociais né, no caso o Raul Santiago, o Renê Silva né, a Camila também de Mulheres em Ação... então essas pessoas estavam mais dedicadas ali nesse processo, né... tinham outras pessoas que estavam mais ali ajudando no dia a dia da organização de recebimento das doações, do espaço, de pessoas de comunicação para fazer o registro desse material todo né... tinha pessoas que só ajudavam no carregamento e descarregamento de material... então era muito do... do como cada um poderia contribuir para fazer com que as famílias do complexo do alemão fossem beneficiadas.

P1: Então... é, vocês se organizavam por grupos de trabalho né?

F1: É, é. A gente tava sempre todo mundo muito junto no, no galpão que a gente é... teve de disponível para a gente trabalhar mas na hora das execuções eram, tinham um ali quem estava mais próximo da demanda que meio que ia ali organizando e dando conta do trabalho.

P1: Você podia falar quais eram, quais grupos de trabalho eram esses que vocês tinham montado?

F1: Então, assim, é porque eles não eram, eles não eram formais nesse sentido né, a gente tinha perfis de pessoas que a gente sabia tipo que se chegasse um email pra mim que não era dessa, da, que não tinha esse perfil de fazer contato com empresa... se chegasse um email pra mim de alguém que quisesse apoiar, não seria eu, eu sabia que não era comigo, assim eu sabia que eu iria direcionar essa pessoa a falar com o Raul ou com o Renê ou com a Camila. Né então... não tinham exatamente grupos de trabalho, eram mais perfis que... de cada um que ali no dia a dia a gente sabia aonde cada um tava mais inserido como cada um conseguia da conta melhor da, da atividade, da demanda.

P1: Entendi, daí se fosse uma coisa que precisasse da ajuda de mais pessoas, daí essa pessoa ia, sei lá, nas redes sociais “aí gente preciso de ajuda pra fazer tal coisa”, quem pode vir aqui...

F1: É, não, na verdade é, quando é... quando... dentro dos voluntários quando precisava de mais pessoas a gente tinha esse grupo no whatsapp com todos os voluntários e aí a gente falava assim “oh vai chegar doação amanhã e a gente precisa de x pessoas dos voluntários pra precisar descarregar” e aí, então isso é independente se a pessoa é da comunicação, se a pessoa ajudava a fazer captação e tal, a gente tentava estar de alguma forma ali presente nesses momentos pra ajudar coletivamente.

P1: Vocês tinham um canal que era só pros voluntários pra... ativar eles...

F1: Isso.

P1: Entendi, e, e... a e esse galpão que você falou, como é que foi isso? Eu vi lá nos vídeos um galpão enorme assim...

F1: É... a gente tentou durante muito tempo, durante as atividades manter-lo em sigilo porque a gente sabia que é isso né, a questão da fome é uma questão que é emergencial e a nossa preocupação também era expor o galpão e no dia seguinte a gente ter filas e filas de pessoas lá que-

rendo doação de coisas que a gente talvez não tivesse pra doar e isso seria um problema também até de logística e de, principalmente porque a gente tava falando sobre pandemia né então tinha essa, todo esse cuidado também. Mas esse galpão ele foi necessário porque a gente começou a entender que o volume de doações que a gente iria receber não iria ser possível ser armazenado em nenhuma das três organizações, mesmo se unisse, se usassem as três pra isso porque todas as três organizações são casas né, então o volume de doações não iria comportar. É... então a gente viu a necessidade e teve um parceiro que se disponibilizou em fazer a doação do recurso pra alocar esse galpão inicialmente por três meses, que ali bem no comecinho a gente não tinha muita noção do quanto o tempo ia durar, depois acho que se não me engano a gente renovou por mais três meses ou quatro, não lembro exatamente. Então teve esse processo assim de, dessa... de perceber que seria uma necessidade é... e de ter pessoas também que tivessem em, é... interessadas em apoiar.

P1: Uhum, é, ah, muito bom você falar isso é... pessoas interessadas e teve, pelo que eu vi muitas pessoas interessadas em ajudar e teve empresas interessadas em ajudar né, eu vi que o Unibanco né...

F1: É, o Instituto Unibanco foi um dos nossos principais parceiros assim porque, é... a gente tava se colocando de certa forma muito em risco né, na... a pandemia tava ali e a gente tava fazendo um trabalho que era estar na rua próximo de pessoas, que era tudo que a Organização Mundial da Saúde falou pra não fazer...

P1: Sim.

F1: É... então todo mundo, todo mundo era voluntário então o que a gente, o que o Unibanco nos ajudou nesse sentido foi garantir uma quantidade x que agora eu não vou conseguir lembrar de cabeça qual era o número, mas uma quantidade x de cestas básicas é... por mês e um valor que era pra ser utilizado na... na logística porque a proposta é pra que esse trabalho voluntário ele não nos causasse mais incomodos do que a satisfação de ta ajudando né... então a gente tinha recurso pra alimentação, a gente tinha recurso pra transporte a gente tinha é... nenhum voluntário tirava dinheiro do bolso pra comer ou pra beber ou pra nenhum tipo de atividade naquela e, e aí também todas as doações que chegavam ah... muita das

vezes as pessoas entendiam isso de uma maneira errada mas a gente fazia questão de sempre que chegava uma doação as primeiras pessoas a serem apoiadas eram os voluntários. Né porque os voluntários também todos moradores do Complexo do Alemão então nossa, a, a, a questão, o mais importante era que as pessoas que estavam ali dispostas a ajudar tivessem tranquilidade de estarem ali fazendo aquilo. Né então... tinha esse processo, o Unibanco ajudou muito é... nesse sentido da gente não causar mais estresse, mais ansiedade, mais preocupações porque a gente teve voluntários que se tornaram voluntários inclusive porque perderam emprego durante a pandemia né, então a... era muito importante que a gente garantisse essa tranquilidade para a equipe como um todo pra gente poder de fato dedicar o nosso tempo e a nossa energia em fazer o que era o objetivo principal.

P1: Sim, sim, o voluntário é quem ta na linha de frente né então tem que primeiro cuidar dele, se não cuidar dele não tem como cuidar dos outros né?

F1: É, exatamente.

P1: Ta certíssimo, ta certíssimo.

F1: Sim;

P1: É... então... deixa eu ver... ah sim, sim, sim, quase que eu esqueço de perguntar isso, o cadastro...

F1: Uhum.

P1: Eu vi que tinha um negócio de cadastro né, existia umas fichas assim, enormes assim, que vocês fizeram dos moradores. Como é que era isso, era o cadastro para receber cesta básica né, pra receber as doações?

F1: É... o cadastro ele passou por vários formatos assim, porque era tudo muito novo, ninguém sabia como fazer é... ação voluntária né, durante a pandemia e... como é que era esse processo, a gente foi fazendo e foi adaptando ao longo do tempo. No início, nas primeiras doações a gente fazia assim cadastro e... quem chegava pegava e... e a gente sentiu que funcionava e o que não funcionava nesse formato e... depois a gente fazia um formato que era... a pessoa recebia a cesta e preparava e e... se cadastrava para a gente ter uma noção de quem era aquela pessoa de onde ela morava e tudo mais, mas a gente também não conseguia ter um con-

trole e conseguia observar olhando pra esse mapa visual aí, imaginário, do volume de pessoas que a gente tava ajudando e... depois a gente passa que foi o formato que ficou ali mais tempo que ficou até o final das nossas ações que foi... que eram divididos em dois momentos, um era o cadastro em que os voluntários iam, a gente definia uma localidade, os voluntários iam e faziam o cadastro de porta a porta com essas pessoas com as informações que a gente considerava mais importantes ali né, levando em consideração se tinham gestantes, se tinham crianças, idosos na casa também e... e depois a gente com esse... com esse cadastramento em mãos a gente já tinha uma noção do quanto de cesta básica ou de qualquer outra doação a gente precisaria levar para aquela localidade para atender o maior número de pessoas daquela localidade e aí numa, num momento seguinte as vezes na mesma semana, as vezes na semana seguinte, e... a gente voltava naquela localidade, avisava essas pessoas né porque a gente fazia ou lista de transmissão ou quando a pessoa avisava que não tinha whatsapp a gente ligava e... e aí num determinado dia a gente avisava que oh a gente vai ta lá amanhã, tal hora, e aí é só pras pessoas que tem o cadastro né então a gente conseguiu é... conseguiu organizar melhor e entender as localidades melhor né...então... ele foi se modificando e aí esse momento, esse, esse, esse último formato foi o que a gente começou ali a perceber que, que, que dava mais certo.

P1: É vocês fizeram um mapeamento do, de... levantamento de dados dos moradores do Alemão melhor que o IBGE então né? Foi isso?

F1: Com certeza! Com certeza!

P1: Quantas pessoas moram na casa né e... idade...

F1: Sim...

P1: ...se tem alguma comorbidade, necessidade especial... esse tipo de coisa né?

F1: Sim...

P1: Entendi... e... cara... eu to muito emocionado

F1: É muito bom que a gente gosta muito de fazer o que a gente faz assim. Claro que nem sempre é flores né a gente... vira e mexe a gente encontra pessoas no meio do caminho que... é... acham que é nossa obrigação de fazer e aí as vezes não trata muito bem, mas isso era no geral

assim a gente conseguia perceber que era minoria assim, muitas das vezes a gente era bem é... bem recebido assim pelas pessoas assim, pelas pessoas de uma forma geral respeitavam é claro que tinham essas situações que as vezes deixava a equipe meio que desanimada né porque a gente... ah a gente ta fazendo pelas pessoas e as pessoas não tão valorizando mas a gente entendia que é... tinha algo muito maior que era independente da consciência que aquela pessoa tinha era a fome que aquela pessoa sentia né então, acho que... esse sempre foi o nosso foco assim era de ajudar a minimizar os impactos da fome causadas pela pandemia né... então a gente seguia e seguia muito... muito honrados de fazer o que a gente fazia ali naquele período.

P1: Uhum, sim, é... você tava falando da lista e acabei de lembrar uma coisa é... antes da pandemia eu com uns companheiros e mais alguns movimentos de base organizando manifestações contra a privatização da CEDAE.

F1: Uhum.

P1: Nisso um companheiro teve uma ideia que era de fazer um abaixo assinado para mostrar né que o povo não quer o... a privatização e tudo mais né... e surgiu uma preocupação quer era de um P2 aparecer e tirar uma foto da lista...

F1: Uhum.

P1: ...daí a gente tinha decidido que uma pessoa ia ficar responsável por estar botando os nomes e outra pessoa ia ta olhando pra ver se não ia aparecer ninguém que queira tirar uma foto. Vocês tiveram algum receio de que alguém pudesse querer pegar essa lista de vocês pra ter acesso a, a essas informações desses moradores?

F1: Acho que não necessariamente é... nessa intenção mas a gente tinha os nossos cuidados né... a gente tinha voluntários que iam para as ações mas que não estavam nem recebendo o documento da pessoa para o cadastro e nem entregando a cesta básica, que estavam ali no local observando o contexto como um todo, observando as pessoas né... é porque... não só pela questão policial, que a gente sabia que podia acontecer um incômodo e a gente... a gente parte do... dentre as três organizações que compõem o Gabinete, o Coletivo Papo Reto que é o qual eu faço par-

te já trabalha com essa pauta de políticas de drogas né, de direitos humanos na nossa essência, então a gente sabe muito bem como é esse funcionamento da polícia, então a gente já tinha como cuidado essa preocupação de ter pessoas que estivessem ali mais para observar e claro, se precisasse ajudar alguém ali iria ajudar, muitas vezes as pessoas ajudavam quando ia uma senhora que não conseguia carregar a cesta, ajudavam essa senhora a levar pra casa... mas também tinha esse... naturalmente essas pessoas que estavam ali com esse objetivo mais de observar e de cuidar para que essa... esse tipo de questão não acontecesse, mas também para que se tivesse algum incômodo até por algum próprio morador, essa pessoa também pudesse ajudar ali nesse sentido.

P1: Uhum, então... vocês não... enfim vou falar de uma maneira bem literal ta? É... o Complexo do Alemão ele é pacificado né...

F1: Uhum.

P1: ...vocês não tiveram nenhum problema com a... a UPP em algum momento ela se apresentou como um obstáculo para o trabalho de vocês? Ou...

F1: Olha... assim ativamente que eu me lembre não. A gente já teve de parar de fazer ação porque teve operação policial né... mas eu não me recordo de nenhum momento em que especificamente as nossas ações tivessem sido é... interrompida não. Mas a gente já deixou de fazer ação num dia que tava previsto de fazer ação que teve operação... chegou teve uma, uma situação que a gente tava numa localidade é... e que... diz a polícia que houve uma denúncia de que tinha um caminhão roubado e eles chegaram nessa localidade já atirando e o caminhão roubado era o nosso caminhão de doação mas a gente... a gente... os voluntários que estavam presentes, alguns voltaram pro galpão outros se protegeram em casa de morador e em algum momento não me lembro se no mesmo dia ou depois a gente retornou para terminar as doações daquele local mas... especificamente por estarmos fazendo as ações, não.

P1: E o que aconteceu com esse caminhão?

F1: Nada. Eles chegaram lá e viram que não era o que eles tavam dizendo que era e aí eles não podiam fazer nada né, com relação a isso.

P1: Entendi, então eles botaram um terror, deram uns tiros lá e ficou por isso.

F1: É. Exatamente.

P1: Só que nesse processo alguém poderia ter morrido.

F1: É eu nem, eu nem me recordo, assim, eu acho que nesse dia não teve nada... foi assim algo bem pontual, bem rápido é... mas não, assim uma das vezes que a gente parou foi quando é... o a polícia fez uma operação no Complexo do Alemão e mais de treze pessoas foram assassinadas pela polícia a... mas com o nosso, com as nossas ações especificamente o que mais... o que a gente lembra mais foi nesse dia, foi nessa localidade do, da confusão do caminhão roubado.

P1: Entendi. Enfim...

F1: É Rio de Janeiro.

P1: É a polícia.

F1: Exatamente.

P1: É... então assim, qual foi o procedimento de segurança em relação ao COVID é... é uma palavra pomposa né mas... como é que era, vocês, vocês conseguiam é, é estavam sempre com álcool gel, tavam sempre lavando as mãos, com luvas, como é que...

F1: É a gente tinha um.. uma, uma tranquilidade muito grande porque a gente era muito parceiro da equipe de médicos das clínicas da família que atuam aqui no Alemão, então a gente tava sempre muito próximo, sempre dando orientações, dando dicas é... uma das coisas que a gente usava muito e depois a gente parou de utilizar foram as luvas né, porque no trabalho que a gente fazia primeiro que era... a luva ela mais é.. juntava ali impurezas do que protegia a gente de alguma coisa, então a gente em algum momento a gente parou de utilizar as luvas mas as máscaras a gente tinha... um processo de durante as doações... durante as entregas é... tinha uma pessoa que antes de sair fazia esse processo de montar o kit quer era coletivo né então tinha uma caixa com... com máscaras descartáveis extra é... todos os voluntários saíam já com as suas próprias, com as suas próprias máscaras e a gente, todos os voluntários tinham o seu próprio kit de, de álcool, tanto álcool líquido o 70 para higienizar a mão num momento ali que não daria obviamente para ta lavando a mão o

tempo inteiro durante uma entrega, como álcool em gel no galpão a gente tinha álcool em gel em todos os espaços né... então é... em algum momento a gente começa a utilizar... a gente chegou a utilizar em uma das ações aquela roupa, a roupa completa mas a gente entendeu também que não seria é... humanamente viável a gente utilizar aquilo é... entendendo o Rio de Janeiro né por conta do calor que era aquela roupa, que era, não era pra ta na rua no dia a dia, não era muito confortável e humano utilizar aquele material, então a gente tinha ali o básico, muitas das vezes era...o álcool né tanto o, o álcool líquido quanto o álcool em gel, as máscaras descartáveis e... em alguma, em alguns momentos também as toucas descartáveis pra... pra proteger também a, a parte de cabelo é dos voluntários.

P1: Sim, é eu vi na, nas publicações do, do, da página do Facebook que vocês fizeram era é... algumas postagens educando as pessoas sobre o COVID né... sobre os perigos, como se proteger e tal...

F1: Sim...

P1: ...é, vocês também passavam essa informação pessoalmente pros moradores? Conversavam com eles sobre como se proteger e tudo mais?

F1: É a gente tinha mais... a gente não fazia orientações especificamente. Mas tinha muito um cuidado que, é... pra estar na fila para pegar cesta tinha que estar de máscara né... então a gente tinha mais essa preocupação de mostrar pro morador a importância da utilização da máscara ali quando tinha necessidade de estar na rua é... mas a gente nas ações não dava tempo, até porque a gente tinha essa preocupação também de ser o mais objetivo possível né de tempo na rua, por, pela questão também do vírus né, então, é... por isso também que esse processo do cadastro prévio ajudava de alguma forma porque a gente minimizou a quantidade de pessoas que não eram daquela localidade e que por maldade ou por desespero é... ia pra onde tava o caminhão pra pegar mais de uma vez a cesta básica, então isso também já gastava um tempo a mais, então a gente também tentava ser o mais objetivo possível para diminuir a exposição das pessoas na rua.

P1: Isso de, de ir pro caminhão e ir pro galpão era tudo organizado ativamente, o, o grupo de voluntários né?

F1: Sempre, sempre. Sempre por ali, sempre avisava antes os horários, é da hora que ia sair, da hora que ia chegar e tinha uma pessoa que estava responsável por preparar o almoço... então tudo isso tinha o grupo ali, no grupo isso ia sendo avisado ou quando era para ah o dia que vai chegar alguma coisa, o dia que vai ter ação ou também durante o dia de quando eles mesmos estavam na rua de falarem entre si, tipo ah eu to aqui no início da fila e seria importante alguém po quem ta no final lembra de avisar a galera das máscaras e tal, então tinha essa comunicação ali em tempo real também acontecendo.

P1: Uhum, e vocês eram muito próximos da Clínica da Família... dos médicos de uma das Clínicas da Família que tem aí né?

F1: É.

P1: Aí eu vi também que vocês, vocês conseguiram parceria com Unibanco né, com Havaianas...

F1: Isso.

P1: ...teve aquele artista o Delacruz que...

F1: Delacruz aham...

P1: É ele fez uma... um show né para arrecadar dinheiro para ajudar vocês né... a Adriana Calconhoto ela, ela, dedicou uma música...

F1: Uma faixa, é...

P1: ...cara, muito maneiro...

F1: Maravilhoso né, é cada um reconhece seu espaço e como é possível colaborar né, foi bem bacana isso.

P1: Sim, e, e... quais foram os outros artistas ou organizações, instituições que contribuíram?

F1: Ah a gente teve apoio, a gente teve apoio também da Ambev né com os galões de água a... a gente teve doação né... a gente teve de chocolates, mas os chocolates foram, foram por exemplo das Lojas Americanas e da Cacau Show, então a Americanas tinha de várias marcas né, é... Havaianas... ah a agente teve um apoio bem legal também da Ypê né que foram com os produtos de higiene... é foram esses os principais. Com a parceria da... da... da Havaianas a gente recebeu doações de produtos também, mas a parceria foi da Havaianas com esses produtos né, a parceria da gente foi com a Havaianas é... e aí ela redistribuiu algumas coi-

sas, mas esses foram os principais assim de... de grandes volumes. A gente teve outras doações menores assim que eram coisas mais pontuais mas... das instituições que deram que teve esse apoio de maior volume foram essas.

P1: Entendi, e, e... e como é que foi feito esse... esse canal assim é... tem alguma coisa tipo... militantes tipo, os militantes variados que faziam contato com essas empresas e essas empresas que entravam em contato, como é que foi isso?

F1: Ah não, então era essa galera que já tem uma presença mais forte nas redes né, como o, o Raul, Renê e aí algumas empresas já conheciam eles outras foram por, por postagens no Twitter, o Twitter era um canal muito importante nessa coisa de abrir uma primeira conversa com as empresas, outras foram muito indicadas por pessoas muito conhecidas que indicavam que era importante aquela empresa entrar em contato com a gente, como foi o caso da Ypê por exemplo, o caso da Ypê foi uma... foi uma ligação que o Luciano Huck fez. Luciano Huck é... tinha, eu acho que ele tem uma parceria com a Ypê e... ele fez essa ponte que da necessidade da Ypê ser uma parceira né e fazer doações pro... pro gabinete, mas em geral foram muito levado pela presença principalmente assim do Raul, Renê é... e da Camila na... pelos contatos que eles já tem da história do, das suas ações. Então muito pela, pelo, por quem eles são né de presença nas redes mas também é... através de Twitter principalmente.

P1: Uhum, então o Twitter foi muito importante também né?

F1: Foi, foi. Foi um local ali que eles usavam muito para, para falar sobre, para dar retorno, para mostrar para outras empresas o quanto aquilo tava, tava chegando de fato nas pessoas né... então ali era um local também de... olha porque o Twitter também é naturalmente um local de estar mais próximo das empresas de uma forma geral então ali também era uma maneira de fazer com que as empresas vissem com mais facilidade também o trabalho que a gente tava desenvolvendo.

P1: É eu vi que vocês deram algumas entrevistas né de é... para algumas mídias é... então assim teve uma certa, uma certa atenção da mídia sobre as ações de vocês... como que você caracterizaria isso, assim, tipo, é...

vocês acham que a forma como a mídia representou as ações de vocês foram benéficas para vocês, ou vocês acham que...

F1: Olha, foi, foi importante mais no sentido de mostrar para a própria população né o que a gente tava desenvolvendo porque muitas das vezes as pessoas não sabiam exatamente o que a gente tava fazendo e as vezes falava “ah mas aqui na minha área não chega nada” né então a gente precisava explicar que a gente dependia das doações chegar e a gente ia fazendo passo a passo, para a gente poder atender todo o complexo do alemão de uma vez só então acho que as matérias em que a gente participou foram muito importantes nesse sentido assim de, de fazer chegar a informação que a gente já estava dando nas nossas redes para um número maior de pessoas né. Eu acho que no sentido de doações não teve um impacto tão grande assim não a nossa presença nas reportagens, eu acho que é, é... é de responsabilidade das doações que a gente recebeu, de fato da galera que tava ali com esse objetivo de captar recurso é... com as empresas através das redes sociais e de seus contatos direto.

P1: Uhum, entendi, é... uma coisa que eu tava pensando assim quando eu... quando eu vi essas entrevistas é que geralmente a mídia ela pinta uma... uma... estereótipo assim, muito negativo de, de favela sabe, coloca como se fossem grandes focos de violência sabe, colocam assim dessa forma e... e aí quando eu vi essa entrevista, essas entrevistas, eu achei, tipo, to... só comentando mesmo contigo assim, porque eu achei interessante que é... meio que ajuda a quebrar um pouco dessa narrativa que a mídia vem, vem criando de favela sabe é...

F1: É, sem dúvidas, a gente tem um olhar muito crítico, a gente não é contra o trabalho de comunicação, até porque o Papo Reto, por exemplo, é um coletivo de comunicação também é... a gente, mas a gente é muito crítico no trabalho desenvolvido justamente por isso, por a gente saber que as mídias de uma forma geral tem um, uma forma de caracterizar as favelas muito negativamente é... então a gente negou muita entrevista, eu acho que a gente participou infinitamente menor o número de convites que a gente teve. Primeiro porque a gente não queria ficar também com uma imagem de que nós eramos os salvadores da pátria né... das favelas, e tinham outras pessoas incríveis por outras favelas fazendo traba-

lhos tão bons quanto então... a gente muita das vezes indicava outras favelas para também dar entrevista com esse, com esse mesmo objetivo, também de disseminar que existem coisas importantes acontecendo e que a favela de fato não é só esse local é né, da violência... mas também porque quando muitas das vezes quebra esse estereótipo são sempre as mesmas favelas e a gente sabe que o Complexo do Alemão da muita visibilidade para, para o, para o jornal né... então a gente também tinha esse cuidado de não repetir mesmo que com boas intenções, mais do mesmo do que como a mídia retrata né que ou é o local da favela ou é o local, o grande exemplo das favelas. Quando na verdade cada favela é uma favela e tem as suas particularidades e potências muito bem representadas né, então a gente também tinha esse cuidado de... de trazer novos personagens né pra... pra essas reportagens que essa galera queria fazer e muitas das vezes a gente também negava também porque... era só um desejo de exposição né, então a gente queria ter, tinha também esse cuidado com o galpão, então muitas, muitos comunicadores entravam em contato e que a primeira coisa que eles queriam era gravar uma entrevista com alguém chegando no galpão do Gabinete, mostrar como era o galpão, como era a organização, como era o processo, e a gente, a primeira coisa que a gente falava “a gente não tá recebendo ninguém no nosso espaço, se vocês quiserem material próprio a gente produz esse material e envia pra vocês a partir do que a gente que é o nosso processo de segurança.” . Porque também não adiantava falar assim “não, vocês podem vir mas só podem gravar o que a gente deixar” porque a gente conhece muito bem como é que é o trabalho da emissora e a gente sabe que eles não iriam respeitar isso. Então quando a gente falava que não daria o material próprio, muitas não aceitavam e automaticamente a gente não produzia o material e não fazia matéria. Então a gente tinha essa consciência crítica também do que... qualquer tipo de material que a gente produz impacta é... numa reportagem, numa grande empresa né, e o quanto de dinheiro isso gera para aquela própria empresa.

P1: Pois é, você pensa também né que, a partir do momento que eles rejeitam o material de vocês, eles estão deixando bem claro que “nós não

queremos a narrativa de vocês, nós queremos montar a nossa narrativa sobre vocês”.

F1: Exatamente.

P1: Então assim, o jogo da manipulação já começa aí né.

F1: Exato, é jornalista é um bicho sujo, eu sou jornalista e eu sei do que eu to falando.

P1: Eu sou de comunicação também só que eu fiz publicidade, então estamos... eu conheço muito bem sujeira.

F1: É, é verdade, publicidade então...

P1: Caraca...

F1: É complicado.

P1: Eu, eu quase entrei em depressão me formando, sério mesmo pra mim...

F1: É... é um mundo muito cruel.

P1: Não era pela matéria, era pelos profissionais mesmo...

F1: Sim, com certeza, com certeza.

P1: Você vê que a lavagem cerebral começa no primeiro período já, é impressionante, só que agora eu tenho uma alternativa, to querendo me distanciar disso...

F1: Sim.

P1:...porque... nossa Senhora, só de psicólogo, meu Deus...

F1: É verdade.

P1: Dei muito trabalho pra minha psicóloga, meu Deus é, é... daí deixa eu ver o que ia falar, era... caramba, ah sim é... essa, é uma coisa que eu tinha pensado e não sei se, se de repente é... não sei, não sei se vai se sentir muito confortável para, para falar mesmo...

F1: Uhum.

P1:... daí qualquer coisa te peço desculpas já.

F1: Imagina.

P1: Mas... é, era sobre, é, assim, uma coisa que eu, que eu vejo muito na militância é que as vezes acontece de... é... a divisão de papéis de trabalho acaba caindo muito em estereótipos de gênero é...

F1: Aham.

P1: ... passar, cozinhar e lavar as mulheres acabam tomando essa frente e na hora de carregar peso são, são homens sabe...

F1: Aham.

P1: ... acaba rolando muito isso e nos, nos coletivos que eu fortaleço e tal, sempre acaba tendo esse debate de “poxa, olha só, teve que limpar é... a ocupação X e só as mulheres fizeram isso, porque que os homens não foram lá fazer também, ao invés de ir lá ficaram no bar bebendo, você tem que ir lá limpar também, não sei o que, não é assim”...

F1: Aham.

P1: ... e na hora de carregar peso, carregar cadeira, carregar mesa, carregar doação, as mulheres vão “ah não deixa que a gente vai carregar isso aqui, a gente consegue também, a gente não depende de vocês pra carregar isso...” sabe, tem sempre essa tentativa de quebrar esses estereótipos...

F1: Sim.

P1:... de gênero né... é... você percebe que, que houve esses estereótipos de gênero assim dentro das, das ações do Gabinete de Crise ou...

F1: Zero.

P1: Zero.

F1: Zero. Assim a gente tinha uma, uma tranquilidade de entender e aceitar os limites de cada pessoa, independente do gênero que ela, que ela tinha. Eu por exemplo sempre deixei muito claro que eu não tenho a menor condição de pegar peso porque eu não aguento.

P1: Aham;

F1: Então eu fiquei muito responsável pela parte administrativa, eu cuidava de todos os recursos de doação que entrava porque era uma coisa que eu entendia que conseguiria fazer bem. Mas na nossa equipe de voluntários que é a galera que ia para, que descarregava caminhão, tinham homens e mulheres, então não tinha é... tinha muito pelo de, de fato o que que a pessoa gostava de fazer. É, a pessoa que cuidava por exemplo da refeição era uma mulher, que inclusive é a minha mãe...

P1: Que legal.

F1: ... mas é porque ela gosta de fazer isso, mas quando precisava ir para ação, ela ia também, então não tinha essa, muito essa questão não. As-

sim, muitas das vezes a gente até brincava que alguns meninos, a gente falava que alguns eram mais frouxos do que as mulheres e a gente é... tinha uma relação muito de igual assim, de, de quem consegue vai conseguir e quem não consegue não vai conseguir independente de ser homem ou mulher. Então isso nunca foi uma questão para a gente não.

P1: Eu invejo muito vocês. Eu invejo muito vocês.

F1: Mas nem sempre é assim né, nos projetos nem é sempre assim, eu, eu sei disso.

P1: Não, mas o Gabinete foi uma coisa assim, completamente especial e que né...

F1: Sim, sim.

P1: ... não tiveram isso. Isso é ótimo, incrivelmente ótimo, ai eu, eu, eu fico muito feliz de, de, de ver que todas as coisas boas que eu imaginava que estavam presentes no Gabinete de Crise realmente estão presentes.

F1: Sim, reais.

P1: É. Desculpa se parece que eu to puxando um pouco o saco mas é porque eu realmente...

F1: Não, imagina.

P1:... eu to, to, eu admiro muito o trabalho de vocês, de verdade. É... deixa, deixa eu ver aqui... ah sim! Um coisa que eu tinha esquecido...

F1: Aham.

P1: ... é... eu, eu tinha visto alguma coisa da FIOCRUZ, que vocês tinham se encontrado com a FIOCRUZ...

F1: É a gente teve umas doações também assim, eles receberam muita coisa lá também né, principalmente material de higiene. Então algumas coisas também eles entraram em contato e passaram algumas coisas para a gente também, e tinha muito essa... uma, uma troca assim, era claro, que ainda mais ainda no começo assim, a gente tava muito dedicado nessa coisa da pesquisa mas... sempre que tinha um tipo de informação de, de... informativo mesmo assim, que dava para a gente replicar ou que dava para a gente contar, a ajudar a comunicar mesmo que do nosso jeito com orientações também. Orientações muito as vezes informais assim, uma troca ou as vezes um áudio que alguém mandava dando algumas orientações mas é... a gente teve pontualmente algumas ajudas com doa-

ções de material de higiene e limpeza é... e esse foi o principal, assim, a nossa principal relação com eles.

P1: Entendi.

F1: Que era tipo de fazer uma redistribuição também de coisas que eles estavam recebendo lá na base deles.

P1: Aham. Então pegar informações é... com um caráter mais científico né e transformar pra linguagem do dia a dia né que nós...

F1: Também.

P1: ... reles mortais falamos né.

F1: Sim, exatamente.

P1: Entendi, bem, bem interessante isso e... e... ah é e isso foi sem intermediário do Estado né?

F1: Sempre!

P1: Vocês...

F1: Sempre. Não a gente não teve nenhum... nenhuma correlação... a única proximidade que a gente tinha com algo é... público, era com os médicos da clínica da família, mas aí também era pelas nossas relações, nenhuma mediada por nenhum órgão superior não. Eram pelas nossas relações de, de troca e de, do... daqueles profissionais que estavam dedicados a de fato colaborar, então era mais pela gente. Apesar de serem profissionais de serviços públicos.

P1: Então o... Prefeitura, Governo Estadual é... Governo Federal não moveram um dedo para...

F1: Não.

P1: ... para vocês e...

F1: Não, pelo contrário, teve umas vezes que chegava até a atrapalhar porque... é, chega um momento em que eles estiveram lá, anunciaram lá que iam enviar cestas básicas para, para os presidentes das associações de moradores né, é... e aí tinham uma ideia de que seriam mil cestas para cada associação, alguma coisa assim, não lembro exatamente o número e aí esses presidentes, alguns deles, cada um criou a sua estratégia mas alguns deles fizeram cadastros dessa, desse número de cestas que eles falavam que iam doar, fizeram cadastro dessas famílias e quando... e depois quase três meses depois é... foi quando a Prefeitura enviou uma vez,

né, essas cestas numa quantidade de cem cestas básicas né... então... é os presidentes... a gente ajudou algumas associações assim, algumas associações ficaram mais parceiras também a contribuir com algumas coisas porque eles tinham alguns casos que eram, tentaram ali ajudar naquelas cem os casos que eram emergenciais, mas alguns ainda chegaram a gente para falar sobre algumas necessidades mais urgentes e a gente acabou também apoiando algumas associações.

P1: Então a, a única coisa que o Estado de forma geral fez para ajudar vocês foi enviar cem cestas básicas para cento e oitenta mil moradores.

F1: É... não, na verdade não, porque assim, são, dentro do Complexo do Alemão tem catorze... não, não usa esse número porque eu não tenho certeza dele mas... nesse entorno de associações, porque cada favela né, cada conjunto ali de favelas é formado, é, tem a sua própria associação de moradores então tem esse entorno, então foi digamos aí que mil e quatrocentas a mil e quinhentas cestas é... mas que nem foi nenhum compromisso com a gente não, foi com os presidentes de associação de moradores e aí na verdade eles acabaram mais atrapalhando né porque a gente, doações que a gente iria, que a gente iria fazer, mas de certa forma, também seguiu a mesma linha do que a gente fazia, do que a gente tava fazendo com os projetos sociais né... os, os presidentes davam conta de uma determinada região que a gente não precisaria voltar naquela região naquela mesma época porque aquela associação já tava ajudando né mas, não teve nenhuma, nenhuma influência positiva não.

P1: Entendi, só ruim, em especial, com isso e também com, enfim.

F1: É, com as operações também né que aí a gente coloca o Estado né.

P1: É. É... e... você falou da associação de moradores, como é que era a relação de vocês com a associação de moradores?

F1: É, depende muito, assim porque a gente ta falando de relações humanas né, em algumas associações a gente tinha uma entrada muito boa, assim, uma troca muito boa e em outras não. É... então mas também isso não travava o nosso trabalho, a gente não tinha nenhum problema de, de chegar e fazer doações de uma determinada área de um presidente de uma associação que não era muito nosso parceiro, como algum tipo de preocupação de ter algum problema com ele, então a gente sempre

manteve o nosso trabalho. Alguns, alguns presidentes eram mais parceiros então chegavam junto, trocavam ideia, ajudavam algumas vezes né... nas ações é... e com esses a gente tinha uma troca melhor, mas isso também não impedia o nosso trabalho de nenhuma maneira não.

P1: Entendi. É, assim eu não vou perguntar sobre relações ruins porque eu não quero...

F1: É, é melhor não.

P1: É, eu não quero transformar isso em denúncia e eu também não quero criminalizar movimento de base.

F1: Exatamente.

P1: Sou totalmente contra isso...

F1: Exatamente.

P1: Tenho amigos que já foram presos inclusive por, por lutar pelos seus direitos entendeu, então eu sou totalmente contra criminalizar qualquer tipo de movimento.

F1: Sim.

P1: Então eu queria te perguntar, é, sobre relações boas.

F1: Aham.

P1: Quais foram as associações de moradores que vocês tiveram boas relações, quero dizer...

F1: Oh, teve algumas, mas teve uma que assim que, pra gente é sempre muito especial porque ele é um cara que ta sempre muito disposto que é da associação, é mais complicado porque eu não sei se você já, se você conhece o Complexo do Alemão, ou conheceu em algum momento, mas vai ser mais difícil de... já?

P1: Já, já eu já fui, mas eu só fui uma vez só.

F1: Então tem uma associação de moradores que é da Alvorada que é... seu Renato que ele é um cara assim que ta sempre muito disposto a querer fazer e, e disponibilizar o tempo independente da hora que for é... ele é um cara assim, muito fora da curva né e, a gente teve, a gente teve boas relações com outros mas ele é o que é... sempre aparece muito forte assim nas nossas conversas que é um, ele é, é um extremo assim, ele é um cara muito, muito gente boa assim sabe, de, de mão na massa, de querer fazer e de querer fazer acontecer mesmo.

P1: Aham, qual que é o nome? Da...

F1: Renato.

P1: ...associação de moradores?

F1: A associação de moradores da Alvorada, Itararé Alvorada.

P1: Itararé Alvorada, entendi. É, eu, eu, eu nem vou falar “ah tiveram boas relações com maior parte” não, vou falar “tiveram relações com maior parte”, vou colocar assim...

F1: Sim.

P1: Não precisa dizer que foi bom ou que foi ruim, só dizer que é... pra não...

F1: Sim...

P1: Entendeu?

F1: Maravilha.

P1: Não tem necessidade de, de ficar, botando tretinha...

F1: Claro. A gente foge disso.

P1: Exato, exato, eu, nossa Senhora, saio correndo mesmo. Então assim, quais você diria que foram as principais é... conquistas, assim do Gabinete de Crise?

F1: Eu acho que tá, ela tá muito relacionada aos números né. Eu acho que o principal deles foi essa, a gente ter conseguido é, observar que a gente é, fez uma entrega de mais de vinte mil cestas básicas no Complexo do Alemão né, foram...é, é... acho que esse número, assim, é um número muito expressivo é... obviamente que ele tá longe de, de... de atingir o Complexo do Alemão como um todo né, mas a gente sabe que muita gente foi beneficiada é... e esse número é o que mais nos orgulha, assim, a gente fala com muita felicidade não só pelo número em si né, mas porque a gente tá falando de um país que se a gente for falar com relação a fome é... a fome sempre existiu antes da pandemia né. Quando a gente enxerga que, é, esse número tava muito crescente dentro da pandemia né, a gente, e aí a gente volta as nossas ações principalmente para questão, é... da fome, é, esse número é um número que, da muito orgulho assim de a gente ver que naquele, principalmente naquele seis meses em que a gente tava ali todos os dias juntos é, da muito orgulho assim do que a gente produziu é... enquanto gabinete.

P1: Dá mesmo, eu, eu, eu não to no Gabinete, eu nunca estive e fiquei muito orgulhoso vendo os números. Po é...

F1: É, é um trabalho que a gente assim observa e que caramba a gente de fato ajudou muita gente.

P1: Aham, sim é, aproximadamente um terço do Complexo então, porque...

F1: É.

P1: ...porque, é, acho que foram cinquenta mil cestas básicas né, algo assim, da última vez que...

F1: É.

P1: ... eu vi e...

F1: Não, foram cinquenta mil cestas básicas, mas teve também os kits de higiene que ele teve também as... os galões de água, porque água era também uma questão muito importante... a gente tem muitos problemas em várias localidades do alemão com falta d'água então, os galões de água foram muito importantes. Os kits de higiene ultrapassaram, assim, a gente tinha kits de higiene para todas as vinte mil cestas básicas, a gente conseguiu, mas também... é, ultrapassaram que a gente recebia cesta, é, produtos de higiene para além da quantidade de cesta básica. Então se você é, e a gente ta falando por família né, então se a gente ta falando de vinte mil cestas básicas a gente em média multiplica esse número por quatro, né, para a gente entender a quantidade de pessoas que eram, que foram beneficiadas nesse sentido. Então a gente ta falando aí de aproximadamente oitenta mil pessoas é...

P1: Metade.

F1: ... sendo apoiadas diretamente.

P1: Metade do Complexo, viu, foi de um terço...

F1: É, por aí.

P1: ...para metade...

F1: É.

P1: ...muito mais inacreditável...

F1: É exatamente.

P1: Realmente, muito, muito impressionante.

F1: Uhum.

P1: É...deixa eu ver se eu tenho mais alguma... pergunta pra te fazer. Ah, quando, quando... eu não sei se chegou a, a ver e, você nem precisa entrar em detalhe...

F1: Uhum.

P1: ... quanto a isso em específico, só queria ter uma noção de método mesmo assim, tipo, é... eu não sei se houve algum conflito interno entre vocês nesse processo, mas, é... se, se houve e não precisa falar qual foi, mas, se houve, qual, qual método que vocês usaram para, para resolver assim, para administrar os conflitos, sabe?

F1: Ah, conflitos existem né, é porque a gente ta falando aí de um grupo de trinta e duas pessoas né, e cada uma com as suas próprias convicções, com seus olhares sobre escolhas, com suas opiniões. Mas o que a gente sempre fazia era reunir todo mundo e conversar. Era o jeito mais fácil e prático e rápido de tentar é... mesmo que não resolvesse alí né, porque as vezes para a gente, é, por mais que a gente deixe passar alguma questão, algum, alguma ou outra pessoa as vezes fica com algum incômodo e deixa pra lá e guarda mas mesmo, mas para tentar minimizar qualquer tipo de impacto era sem o, o, o jeito mais fácil era esse, reunir todo mundo, conversar e ouvir... se, se fosse uma questão que fosse de grupo, ouvir todo mundo, se fosse uma questão que fosse individual, as pessoas envolvidas falarem e, e, e aí tentar trazer soluções de forma sempre coletiva.

P1: E isso era, o que as vezes presencialmente, outras vezes remotamente?

F1: Sempre presencialmente. Não, sempre presencialmente. Sempre que tinha alguma questão de incômodo o encontro era sempre presencial.

P1: Interessante isso, entendi. Aí era fala na cara, vamos resolver agora e...

F1: É isso, é o jeito mais fácil e mais rápido de resolver as coisas.

P1: É eu concordo.

F1: É né... remotamente é muito complicado porque... ainda mais se for por texto, né porque... eu escrevo uma coisa e você lê no teu tom e aí entende outra e aí é... é sempre um problema.

P1: Sim, sim, verdade. É... então, olha eu, eu, eu acho que é, que é isso.

F1: Ah que maravilha.

P1: Viu acho que a gente, po, matou em menos de uma hora até, olha só.

F1: Foi é, a gente ta batendo uma hora que eu acho que chamei você acho que era uma e cinquenta e três, cinquenta e dois, por aí.

P1: Aham, então ta ótimo.

(Fim da transcrição) [16:54:29]